



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

MARIA LUCILENE PEREIRA DOS SANTOS

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE
REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO
BENTO-PB**

JOÃO PESSOA

2016

MARIA LUCILNE PEREIRA DO SANTOS

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE
REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO
BENTO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na modalidade à Distância, do Centro
de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**Orientador: Prof. Me. Wilder Kleber
Fernandes de Santana**

JOÃO PESSOA-PB

2016

S237i Santos, Maria Lucilene Pereira dos.

Inclusão de crianças com síndrome de Down na rede regular de ensino: um estudo de caso na cidade de São Bento-PB / Maria Lucilene Pereira dos Santos.– João Pessoa: UFPB, 2016.
75f.

Orientador: Wilder Kleber Fernandes de Santana
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE

1. Inclusão. 2. Síndrome de Down. 3. Educador. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376-056.36(043.2)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Wilder Kleber Fernandes de Santana

Profº. _____
Prof. Orientador: Me. Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profº. _____
Prof. Convidado:
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profº. _____
Prof. Convidado:
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

DEDICATÓRIA

A Deus, que se mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo Dom da vida,

A meus pais, que sempre acreditaram em mim,

A meus filhos José Paulo e Heitor, que são minha fonte de inspiração,

Ao meu esposo e amigo Leoberto, que me ajuda nos momentos difíceis,

Aos meus colegas Geraldo Monteiro, Josicleide Monteiro, pessoas a quem aprendi a respeitar e valorizar a cada dia durante o curso,

Aos professores do curso que foram pacientes e perseverantes ao ensinar sobre a importância da educação para o desenvolvimento integral do ser humano,

A todos que acreditam na educação.

A persistência é o caminho do êxito.

Charles Chaplin

RESUMO

As Pessoas com Deficiências necessitam de todo um trabalho em equipe, incluindo os pais, para que se possam desenvolver com maior estabilidade e harmonia. As crianças com Síndrome de Down apresentam, por vezes, problemas cognitivos e bastantes dificuldades ao nível da linguagem, mas são, de um modo geral, muito alegres e sociáveis. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na rede de ensino regular é um grande desafio, uma vez que muitas escolas não estão preparadas para receber o aluno com deficiência. Sendo o docente um dos importantes pilares para viabilizar a inclusão escolar, este estudo tem por objetivo analisar como tem sido a inclusão de alunos com Síndrome de Down e os desafios diários enfrentados pelas escolas do município de São Bento – PB em mantê-los motivados na inclusão escolar da escola de ensino regular Milton Lúcio da Silva na cidade de São Bento-pb, de modo que se possa investigar a aceitação da inclusão escolar de alunos com NEE, em especial no ensino regular, por partes dos educadores. Verificar a aceitação e desafios encontrados pelos professores em incluir o aluno com Síndrome na rede regular de ensino; Identificar quais os fatores que facilitam ou inibem o aprendizado de alunos com Síndrome de Down; Observar como vem ocorrendo o processo de inclusão dos alunos como Síndrome de Down no município de São Bento através de questionário semi-estruturado.

O estudo de caso foi a escola metodológica que proporcionou o (re) conhecimento da realidade escolar, analisada à luz dos teóricos Gil(2005), Batista e Mantoan (2007) e Carneiro (2008). Aplicou-se questionário, para os professores, cujo resultado revela que a falta de formação, o despreparo físico da escola, ausência de material didático e de apoio especializados são os fatores percebidos pelos envolvidos no processo educacional, como grandes dificuldades de se promover a inclusão de crianças em escola comum.

Palavras-chaves: Inclusão. Síndrome de Down. Educador. Família.

ABSTRACT

Observe how has been the process of inclusion of students as Down Syndrome in the municipality of São Bento through a semi-structured questionnaire. People with Disabilities need all teamwork, including parents, to develop with greater stability and harmony. Children with Down Syndrome sometimes have cognitive problems and quite a few language difficulties, but they are generally very cheerful and sociable. The inclusion of children with special educational needs in the regular school system is a major challenge, since many schools are not prepared to receive the student with a disability. Being the teacher one of the important pillars to make possible the school inclusion, this study aims to analyze how has been the inclusion of students with Down Syndrome and the daily challenges faced by the schools of São Bento - PB to keep them motivated in the Inclusion of the regular school of Milton Lúcio da Silva in the city of São Bento-pb, so that one can investigate the acceptance of the school inclusion of pupils with SEN, especially in regular education, by parts of the educators. To verify the acceptance and challenges found by the teachers in including the student with Syndrome in the regular network of education; Identify the factors that facilitate or inhibit the learning of students with Down Syndrome

The case study was the methodological school that provided the (re) knowledge of the school reality, analyzed in the light of the theorists Gil (2005), Batista and Mantoan (2007) and Carneiro (2008). A questionnaire was applied to the teachers, whose results reveal that the lack of training, the physical unpreparedness of the school, lack of specialized didactic material and support are the factors perceived by those involved in the educational process, as major difficulties to promote inclusion Of children in an ordinary school.

Keywords: Inclusion. Down's syndrome. Educator. Family.

LISTA DE ABREVIATURA E SÍMBOLOS

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

EE - Educação Especial.

EP-Estimulação Precoce

NEE - Necessidades Educacionais Especiais.

PPP-Projeto Político Pedagógico

PB-Paraíba.

SD - Síndrome de Down

SNC- Sistema Nervoso Central

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1_ REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA PARA TODOS	14
1.1.1 A aprendizagem das crianças com Síndrome de Down	18
1.1.2 Inclusão da criança com Síndrome de Down no ambiente social	20
2. VISÃO GERAL DA SÍNDROME DE DOWN	25
2.1. TRATAMENTO E FORMA DE ESTÍMULOS	25
2.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS DOS PORTADORES.....	26
2.3 TIPOS DE SÍNDROME DE DOWN	27
2.4 DESAFIOS DA ESCOLA EM INCLUIR A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN.....	28
2.4.1 O papel do professor frente ao desafio da inclusão	30
2.4.2 A Interação professor X aluno.....	31
2.4.3 A interação da família com a escola.....	32
2.4.4 A interação aluno X escola	33
2.5 COMO ESTIMULAR A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN A ESCREVER 34	
2.5.1 A escola como espaço de estimulação	34
2.5.2 O ensinar e o aprender de alunos com Síndrome de Down	36
2.5.3 Possibilidades de desenvolvimento dos alunos.....	39
2.5.4 Desenvolvimento motor e coordenação motora	41
3_ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
3.1_ TIPO DE ESTUDO	44
3.2 LOCAL DO ESTUDO	46
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ONDE DECORREU O ESTUDO	46
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	48
3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	49
3.6 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS	49
3.7 POSICIONAMENTOS ÉTICOS DO PESQUISADOR	50
4. ANÁLISES DE DADOS	51
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vem sendo um dos temas mais discutidos na área da educação. A articulação dessa política educacional, baseada no respeito à diferença do outro, trouxe a expectativa de uma nova era. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais (NEE) é uma realidade na educação brasileira, sobretudo nas escolas de ensino básico. É um desafio da atualidade que trabalha as diferenças e potencialidades individuais como fator de desenvolvimento e crescimento para todos os alunos. Entretanto, é um processo em constante transformação que envolve educadores nas escolas, uma vez que o desconhecimento dos benefícios da inclusão atinge tanto os professores como a comunidade escolar, pois, apesar dos avanços educacionais, esse é um procedimento que apresenta inúmeras dificuldades, sendo uma forte barreira a ser superada por todos aqueles que estão envolvidos no cotidiano escolar.

Partindo do referente ponto, o interesse em estudar o tema surgiu mediante a vontade de investigar o educador que trabalha com crianças que apresentam NEE, focando a Síndrome de Down(SD) e a inclusão educacional, visto que, de acordo com as questões profissionais, pareceu-nos pertinente conhecer qual a interação entre o professor e o aluno com Síndrome de Down, na inclusão escolar.

É importante identificar as dificuldades enfrentadas por esses educadores durante a inclusão da criança em escola comum, já que a criança com SD apresenta, por vezes, problemas cognitivos e bastantes dificuldades ao nível da linguagem. Permite-se assim que intervenções adequadas sejam providenciadas, a fim de ajudá-los nesse processo chamado inclusão, considerando-se, então, uma melhor compreensão desta temática, o que propiciará o melhor desempenho profissional. Além do mais, evidenciará a relação social com a educacional, trazendo maior entendimento da situação dessas pessoas, e isso abrirá possibilidades de intervenções práticas que venham a contribuir para a educação do País.

É importante considerar também que esta pesquisa poderá enriquecer a produção teórica e literária do assunto, a qual contribuirá para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, visualizando suas potencialidades e a fragilidade dos

educadores e dos alunos no ensino regular, além de se tornar mais uma fonte de pesquisa. A fim de encontrar e analisar os dados suficientes para algumas considerações, o estudo de caso com abordagem qualitativa foi a escolha realizada pela pesquisadora, entendendo que este permite um conhecimento mais amplo e detalhado dos acontecimentos reais, corroborando assim com os estudos de Gil (2005).

Os dados obtidos foram analisados através de um questionário, os quais foram agrupados para facilitar a análise e assim realizar o embasamento teórico de acordo com os diversos autores que abordam o tema. Pautados nessa discussão, a presente pesquisa teve seu problema ligado a seguinte questão: Como é que os professores do ensino fundamental da escola estadual no município de São Bento promovem a inclusão de alunos com Síndrome de Down?

Diante do atual contexto da inclusão e, considerando, sobretudo as ansiedades e preocupações manifestadas por parte dos educadores em lidar com crianças deficientes, esse estudo tem como **Objetivo geral** Analisar inclusão de alunos com Síndrome de Down e os desafios diários enfrentados pelas escolas do município de São Bento – PB. É preciso, portanto, mantê-los motivados na inclusão da escola de ensino regular, nesse caso específico aconteceu na Instituição Milton Lúcio da Silva. Desse modo, nos propomos a investigar a aceitação deste processo dos alunos com NEE em especial no ensino regular por partes dos educadores.

Quanto aos **objetivos específicos**, delimitamos:

- Verificar a aceitação e desafios encontrados pelos professores em incluir o aluno com Síndrome na rede regular de ensino;
- Identificar quais os fatores que facilitam ou inibem o aprendizado de alunos com Síndrome de Down;
- Observar como vem ocorrendo o processo de inclusão dos alunos como Síndrome de Down no município de São Bento através de questionário semi-estruturado.

A escolha e relevância para o tema deste trabalho justificou-se na medida em que este estudo pretende contribuir junto à sociedade com maiores informações sobre a Síndrome de Down e a educação inclusiva, ajudando a remover as diversas

barreiras existentes neste processo, dentre as quais se destacam o preconceito e a não integração desses alunos na escola e em outros ambientes sociais.

Dessa forma, a primeira parte deste trabalho descreve de forma sucinta o que é a síndrome de Down, como também o papel da escola frente à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais segundo a ideia de alguns autores.

A segunda parte descreve detalhadamente toda a metodologia da pesquisa e a sua importância justificada com base nas ideias de Lüdke e André (2004) e Carvalho (2006). Por último estão os resultados e discussão, em que foi realizada a análise das entrevistas obtidas no ambiente estudado, com vista a identificar possíveis soluções e melhorias no ensino e aprendizagem e conseqüentemente as considerações finais.

1_ REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA PARA TODOS

A educação inclusiva vem de estudos científicos oriundos de muitas discussões profundas que resultaram em estudos teóricos, os quais contaram com a participação e colaboração de organizações de pessoas com deficiência, pais e educadores no Brasil e no mundo.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que traz como um dos principais objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como o dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208). As Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA) reiteram e complementam os artigos supracitados apresentados na Constituição Brasileira.

Já no contexto mundial, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999) são alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre esse assunto. (GIL, 2005). A Declaração Mundial de Educação para Todos foi aprovada pela Conferência Mundial de Educação para Todos que aconteceu em Joimtien, Tailândia de 5 a 9 de Março de 1990, com objetivo de melhorar o acesso e o direito a educação a todo cidadão. Nesta Declaração, fica claro que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

A Declaração de Salamanca foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, em 1994, teve com princípio fundamental fornecer diretrizes básicas para a formulação e reformas políticas nos sistemas educacionais para atender os cidadãos portadores de deficiência física, mental e motora. Sendo a principal linha de discussão o

atendimento dos alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular, afirma-se este como um compromisso com a educação para todos os cidadãos.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência que foi celebrada na Guatemala, em maio de 1999, condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência na sociedade inclusive o direito a educação escolar com dignidade (VOIVODIC,2008). Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, que garante a dignidade e a igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Apesar dos vários documentos e leis que norteiam a inclusão das crianças portadoras de alguma deficiência nas escolas de ensino regular, no Brasil ainda vivenciamos uma integração educacional implementada somente por meio das leis, cuja ação é lenta, pois não temos uma integração planejada. Ocorre, assim, a presença de crianças deficientes em sala de aula regular sem o apoio especializado e sem planejamento adequado. (VOIVODIC, 2008)

Para Sánchez (2005), uma filosofia da inclusão social luta por uma educação de qualidade para todos, independentemente de os discentes terem ou não deficiência. Nesta visão filosófica, o Estado deveria assegurar às necessidades de todos os alunos a frequentar a escola, assegurando aqueles com alguma deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem, adequando as escolas com espaços físicos e profissionais especializados no atendimento. Contudo, não é isto que presenciamos no contexto escolar brasileiro. Segundo Gil (2005), para uma verdadeira inclusão, é preciso uma educação que:

[...] respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. (p.18).

Com o mesmo pensamento, (MANTOAN [1997] *apud* TRIACA, NUNEZ; ZILLY [2011]), defende a tese de que todas as crianças devem ser aceitas e acolhidas independentemente de suas potencialidades e limitações. Mostrando que educação deve trabalhar para desenvolver as potencialidades e habilidades dos alunos independentemente de suas limitações físicas, motora ou mental. Assim,

simplesmente matricular uma criança com deficiência em uma sala de aula regular, é um ponto importante, porém não é o suficiente para que aconteça a inclusão. Precisamos ter nas escolas regulares um atendimento especializado que de apoio aos professores e uma estrutura física adequada. Como afirma Gil, a

Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não. (GIL, 2005, 24).

Fabrício, Souza E Zimmermann (2007) reforçam essa ideia no trecho abaixo:

[...] não adianta colocar a criança na sala de aula se não houver preparo institucional e pessoal do professor; [...] a criança deve estar preparada para aquele grupo ao qual vai estar inserida e vice-versa. A verdadeira inclusão não é simplesmente matricular um aluno numa sala de aula, mas sim verificar as singularidades, as formações e tensões neste grupo, investigar a evolução e construção dos diferentes papéis que cada um vai assumindo nas relações com seus parceiros. (p. 26).

Para que a inclusão o ocorra, é preciso que o sistema de ensino tenha recursos educacionais especiais para atender às necessidades educacionais especiais. SANTOS (2002, p. 30) revela que:

[...] a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos, através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias. Para isso, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva. (SANTOS (2002) *apud* VOIVODIC (2008))

Segundo Gil (2005 p.24), o mais importante, na prática da educação inclusiva, é que a família, os professores e a comunidade saibam que a inclusão visa: “garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade”. Com isso a verdadeiramente uma educação

inclusiva, pois atende todas as necessidades dos alunos com ou sem nenhum tipo de deficiência.

Neste contexto educacional, quem se beneficia é o estudante, pois todos serão favorecidos com uma educação de qualidade, independentemente do ritmo da aprendizagem do aluno. A Escola Inclusiva pode oferecer respostas a todos os desafios apresentados no processo de ensino aprendizagem dos alunos matriculados independentemente se apresenta ou não deficiência.

Batista e Mantoan (2007) define que aprender é uma ação humana individual, criativa, heterogênea e é regulada por quem está aprendendo, ou ensinando independentemente de sua condição intelectual; como as suas palavras:

São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele. Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento. (p. 17)

Sendo assim, a escola atual precisa rever suas concepções de ensino e mudá-las, recriando e buscando novas práticas pedagógicas para o desenvolvimento do aluno, precisando rever seu papel dentro e fora da escola como fonte de inclusão social, sempre valorizando e reconhecendo as diferenças no cotidiano das pessoas. (BATISTA e MANTOAN, 2007).

VOIVODIC (2008), seguindo esta linha de pensamento, defende a necessidade de uma mudança na maneira de ver a questão da inclusão. Propondo que o professor saia do foco da dificuldade do aluno na aprendizagem e busque desenvolver métodos para ensiná-lo, contribuindo para uma verdadeira mudança na escola no ritmo da aprendizagem onde todos participam das atividades proposta. Isto é, valorizar a diversidade social e intelectual de cada indivíduo e desenvolver verdadeiramente o seu potencial plenamente.

Assim, pode-se concordar com Triarca, Nunez e Zilly (2011), ao defenderem que a educação inclusiva é o primeiro passo decisivo para uma mudança na sociedade.

1.1.1 A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

O desenvolvimento do ser humano consiste em uma interação entre fatores biológicos, psicológicos, culturais e ambientais, é algo bastante complexo. No caso das crianças com SD, elas usam a linguagem como forma de expressar seus desejos, vontades, necessidades, brincar e interação com outras pessoas. O desenvolvimento da aprendizagem vem da integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução da linguagem, percepção, esquema corporal, orientação temporal-espacial.

Observarmos em algumas crianças com SD, alterações severas de internalizações de conceitos de tempo e espaço, que dificultarão muitas aquisições e refletirão especialmente em memória e planificação, além de dificultarem muito a aquisição de linguagem. Outras dificuldades que aparecem no desenvolvimento da aprendizagem são: alterações auditivas e visuais; incapacidade de organização cognitiva e conduta, debilidades de associar e programar sequência (SILVA, 2002).

Crianças com SD têm uma memória auditiva de curto prazo, o que dificulta o acompanhamento de instruções faladas. Se elas envolvem múltiplas informações ou orientações consecutivas, essa dificuldade pode ser minimizada caso as instruções sejam acompanhadas por gestos ou figuras que se refiram às instruções dadas (BISSOTO, 2005).

O atraso psicomotor está nas atividades que envolvem o equilíbrio, a coordenação motora, a sensibilidade, o esquema corporal e a orientação espaço-temporal. Para amenizar essa problemática, a estimulação precoce é essencial para todas as crianças, inclusive as com SD (COTRIM; RAMOS, 2011). Estas dificuldades ocorrem por causa da imaturidade nervosa e não mielinização das fibras pode dificultar funções mentais como: habilidade para conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material aprendido e transferência na aprendizagem.

As deficiências destas funções dificultam principalmente as atividades escolares. Com habilidade cognitiva abaixo da média, geralmente variando de uma deficiência intelectual leve à profunda, estima-se que a incidência é de 1 a cada 800 ou 1000 nascimentos para que seja apresentado um quadro de deficiência profunda.

Apresentam maior dificuldade de concentração durante médios e longos períodos, e por isso, as atividades devem ser estimulantes e suficientes para lhes captar a atenção. Isso repercute em dificuldades na aquisição da linguagem oral, devido à pequena cavidade bucal e ao próprio atraso provocado pela síndrome. (LIMA, 2009).

Os processos psicológicos básicos mais prejudicados pela presença do cromossomo 21 são os de percepção auditiva, atenção, cognição, motivação e linguagem (TRISTÃO, FEITOSA, 1998). Com a deficiência, a criança desenvolve mais lentamente, comparada a outra criança sem a Síndrome. Assim, a aprendizagem de habilidades novas, a atenção durante um longo período de tempo e a memorização das coisas que aprende pode ser uma tarefa difícil, mas não impossível. Alguns estudos têm mostrado que as crianças com SD aprendem a ler mais facilmente através do uso da tecnologia, como o computador que auxilia no desenvolvimento da linguagem. Provavelmente porque sua memória visual é melhor que sua memória auditiva (CASARIN, 1999).

De fato, muitos pesquisadores observaram que os cuidados e a estimulação que a criança recebe no ambiente familiar são muito importantes no desenvolvimento da linguagem oral, pois ela passa a maior parte do seu tempo com a família. Mesmo com a ajuda de profissionais e estimulação no ambiente familiar, é necessário um período longo para comunicar-se com um bom vocabulário e uma boa articulação das palavras (TRISTÃO; FEITOSA, 1998).

Ao fazer uso dos gestos com uma forma de expressar a comunicação, o interlocutor promove um incentivo para as crianças que não consigam se expressar-se oralmente. Outra ferramenta que vai ajudar é o ensino da leitura, pois a linguagem escrita passa a ter forma de desenho. O que está escrito pode ser visualizado durante o tempo necessário para que ela possa processar e recordar posteriormente (LIMA, 2009). As dificuldades físicas, motoras e psíquicas problematizam o desenrolar das atividades escolares, e estas ocorrem por causa da imaturidade nervosa, dificultando as funções mentais como: habilidade para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material aprendido e transferência na aprendizagem.

Uma das funções mais importantes é a linguagem que acaba se desenvolvendo mais lentamente nas crianças com SD (SANTOS, 2005). Alguns pontos importante do processo de desenvolvimento da aprendizagem, são eles: estruturar seu

autoconhecimento; desenvolver seu campo perceptivo; desenvolver a compreensão da realidade; desenvolver a capacidade de expressão; adquirir hábitos de bom relacionamento; adquirir destreza com materiais de uso diário; atuar em situações do dia a dia; adquirir conceitos de forma, quantidade, tamanho espaço tempo e ordem; desenvolver interesses, habilidades e destrezas que o oriente em atividades profissionais futuras; ler e interpretar textos expressos em frases diretas; entre outros (SILVA, 2002).

Todas as ações de desenvolvimento da criança com SD devem começar a partir do seu nascimento, pois a fase que compreende o período de zero a três anos de idade merece cuidados especiais, e é de extrema importância para o desenvolvimento da criança. Essas estratégias visam a facilitar o desenvolvimento de seu potencial nas áreas de socialização, linguagem, cognição, motora e atividades de vida diária. A participação da família é fundamental nesses programas de estimulação, que pode auxiliar o desenvolvimento motor e social.

1.1.2 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO AMBIENTE SOCIAL

A criança, ao nascer já deve ser estimulada a se inserir no sistema EP (estimulação precoce), que surtirá efeitos satisfatórios no seu desenvolvimento social, cognitivo e motor. De acordo com Carneiro (2008), o portador de necessidades especiais, quando devidamente reconhecido, deve ser encaminhado para serviços especializados e capazes de orientar os pais sobre o prognóstico e a conduta terapêutica, para oferecer uma qualidade de vida melhor para os portadores, onde a família é a principal válvula propulsora para os desenvolvimentos de duas estruturas cognitivas e potencialidades. Portanto, a estimulação precoce melhora o desempenho neuro-motor, a hipotonia muscular e a linguagem, quando se procura desenvolver atividades lúdicas, cognitivas.

Para este autor, o médico, ao diagnosticar uma criança portadora de Síndrome de Down, deve encaminhar a família aos serviços especializados ou instituições que atentam crianças com SD, para prepará-los para o convívio social, estimulando esses portadores a desenvolverem suas capacidades e limitações. Conforme Vohlk, et. al (2006), os estudos sobre as relações sociais das crianças portadoras de SD demonstra a importância da imagem e pensamento que mãe constrói do seu filho

perante a sociedade. O estudo também revelou que as mães usam a negação da SD como mecanismo de defesa ao receber a notícia, tendo um tempo para processar o choque inicial da notícia. Os professores da rede estadual de educação identificaram que os alunos do ensino regular têm um convívio melhor com as crianças da SD quanto ao respeito, valorização as diferenças e solidariedade (TEIXEIRA, KUBO, 2008).

Na visão destes autores, quando a criança especial é inserida em escolas especiais e regulares, ao entrarem em contato e vivenciar as experiências que as outras crianças vivenciam, há uma troca de valores entre as mesmas e as diferenças são ocultadas. Nesta relação família e escola, na busca de inserir as crianças com deficiência na escola regular, gera-se um conflito de interesse, em que a escola tem resistência para não atrapalhar o desenvolvimento das crianças ditas normais e as famílias querem incluí-las para auxiliar os seus filhos no seu desenvolvimento psicomotor e suas relações sociais.

De acordo com Teixeira/Kubo (2008), o fato de as escolas abrigarem alunos especiais no ensino regular não implica em que exista uma inclusão escolar, pois não é trabalhada a interação social com as demais crianças. A verdadeira inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino só ocorre quando há interação com os demais alunos, e isso beneficia a turma tanto acadêmica e socialmente. No entanto, a capacidade de interação nas crianças, com ou sem deficiência, varia também, conforme a singularidade e as condições que o grupo oferece a ela.

Na relação que a criança estabelece com seus companheiros são testadas habilidades essenciais como, por exemplo, revezamento de papéis, adoção da perspectiva do outro, possibilidade de experimentação de poder e mecanismos para obter a aceitação e manter sua posição no grupo (MORAIS, OTTA & SCALA, 2001 p. 75)

Para Souza e Boemer (2003), as atitudes preconceituosas e as discriminações sociais frente à deficiência provocam nos pais uma preocupação sobre as dificuldades de ter filhos com deficiência. Pois convivem com temor de que seus filhos não possam ter uma vida digna e independente no futuro, com as outras crianças. De fato, poucas pessoas com SD conseguem realmente ter uma vida independente. Assim, embora recentemente a longevidade seja uma característica notada entre o grupo de pessoas com Síndrome de Down (AMOR PAN, 2003), muitas delas estão envelhecendo sem

condições de poder dar conta de si mesmas e dependendo de familiares para sua sobrevivência física e emocional (COUTO et. al, 2007).

Os pais de jovens e adultos com SD temem por seus filhos, não sabem como resolver o problema de sua ausência na vida dos filhos, pois estas são pessoas que precisam de cuidados e atenção. O receio está em como eles sobreviverão nesta sociedade que os exclui (COUTO et al, 2007). O autor ressalta que este movimento de buscar alguém que desempenhe a função materna em relação aos filhos com síndrome de Down não aponta necessariamente para uma pessoa propriamente dita pode ser uma instituição.

Ao serem investigadas interações dos alunos com e sem SD em escolas regulares demonstrou-se que os alunos tendem a interagir com maior frequência com colegas que apresentam desenvolvimentos acadêmicos semelhantes aos seus. Da mesma forma, Papaia, Olds e Feldman (2000), destacam que crianças e jovens, em geral, escolhem pessoas que julgam ser semelhantes a eles para serem seus amigos (TEIXEIRA; KUBO, 2008).

Segundo Aiello-Vaisberg/Machado (2005), podemos considerar que, toda vez que um ser humano defrontar-se com novas realidades, será afortunado quando estas lhe puderem ser apresentadas em pequenas doses.

A presença de professores auxiliares ao lado de alunos com necessidades especiais em sala de aula, por exemplo, pode inibir a aproximação de colegas de turma. Os colegas, em geral, interpretam a presença de um professor auxiliar como um indicativo de que apenas adultos e profissionais especializados estão preparados para interagir com os colegas com necessidades especiais e por esse motivo se afastam deles (TEIXEIRA; KUBO, 2008. p. 75.)

O professor auxiliar pode se tornar uma fonte de inibição dos colegas da sala de aula com o aluno portador de SD, pois consideram que só os adultos podem se aproximar desta criança. Conforme Coll et.al (2004), alguns pais, quando percebem, sejam de forma objetiva ou subjetiva, que seu filho é rejeitado pelos outros, tendem a romper a relação de forma abrupta e radical.

Na educação infantil, as famílias passam pelo medo de deixarem seus filhos ao cuidado de outra pessoa, pois está saindo de um ambiente protetor para o ambiente social mais, amplo sem a presença do mesmo para cuidar, a prioridade é o desenvolvimento da autonomia da criança.

Desta maneira, a escola e o professor devem preparar um ambiente acolhedor para receber a criança com necessidades especiais, com também desenvolver atividades que possam criar um vínculo de afetividade e amizade entre as crianças. (TEIXEIRA, KUBO, 2008). Assim, ao trabalharem a relação pessoal entre as crianças ditas “normais” e os alunos com SD. O professor deve trabalhar a aceitação dos colegas em relação às suas limitações físicas e cognitivas, além de incentivar ajuda mútua aos colegas na execução das atividades propostas em sala de aula. Ocorre, então, uma troca de valores e cuidados entre as crianças.

Na complexa relação entre a família e escola, onde a família quer um espaço escolar para o seu filho e a escola não almeja esta criança com deficiência no seu ambiente escolar, surge um impasse na vida desta criança e dificulta o seu desenvolvimento emocional. Pesquisas constataam a presença de alunos com deficiência, incluídos na escola, apenas fisicamente, mas não social e emocionalmente (SMEHA, SEMINOTTI, 2008).

Após o período de aceitação, e início do tratamento de estimulação precoce na criança com Síndrome de Down através do planejamento e excursão das atividades que irão desenvolver nesta criança. Este é um processo longo, eficaz e seguro o desenvolvimento e superação das dificuldades da síndrome. São aplicadas as seguintes atividades para desenvolver o aprendizado biopsicossocial: a fala, o andar, a escolarização, o desenvolvimento psicomotor e cognitivo, a interação pessoal e também social. Preparando a mesma para aprendizados maiores que leve a sua independência e um futuro profissional. (PIRES; BONFIM; BIANCHI, 2007).

Atualmente, ter preconceito do diferente vem sendo exaustivamente criticado pelos setores da sociedade. A relação social com pessoas portadoras de doenças, focalizando especificamente aquelas com Síndrome de Down, é de dicotomia entre preconceito e a criação de uma identidade. No Brasil, a dificuldade de integração das pessoas que nascem com esta síndrome é reforçada pelo desconhecimento dos seus direitos, conforme estabelece a legislação brasileira, como da existência da Lei Nº 1971, que reserva percentual de vagas a portadores de Síndrome de Down aos Poderes Executivos e Legislativos do Distrito Federal. (BOFF, CAREGNATO, 2008 p.579).

O medo do diferente na sociedade em especial a Síndrome de Down, gera preconceito e a criação de uma identidade, pois muitas famílias no Brasil desconhecem essas leis onde os portadores da Síndrome de Down podem ser facilmente inseridos na sociedade (BOFF, CAREGNATO, 2008).

Para os autores, a nossa sociedade atual ainda não chegou ao nível da naturalidade a convivência com pessoas deficientes, entre elas as portadoras da Síndrome de Down. Ainda é presente na sociedade o preconceito e a discriminação pelas pessoas portadoras da SD, mas cada vez mais percebemos uma integração desta geração de SD com as demais pessoas demonstrando uma evolução da aceitação social positiva para estes cidadãos.

2. VISÃO GERAL DA SÍNDROME DE DOWN

2.1. TRATAMENTO E FORMA DE ESTÍMULOS

A pessoa com SD apresenta diversas características físicas clássica que já foram citadas, a que mais comprometida é a linguagem, sendo lenta e de difícil compreensão precisando ser estimulada precocemente. Segundo (Luiz et al,2008), é na linguagem que a criança com a SD apresenta os maiores atrasos, e precisando de um trabalho de estimulação logo no início do primeiro ano de vida; pois só emiti a primeira palavra, em média, no 18º mês, onde expressa fisicamente mais do que fala na hora de se comunicar. Para MACEDO et al. (2009), como forma de estimular a fala nas crianças com SD, há a importância de incluí-las no sistema de ensino regular para conviverem com outras crianças e adultos e ajudando a desenvolver melhor a sua comunicação oral.

Moreira e Gusmão (2002) destacam a importância da criança com SD ser estimulada com fisioterapia, o que vai ajudar no melhoramento da coordenação motora, física e mental, proporcionando um aumento na expectativa de vida e uma maior interação social. Micheletto et al (2009) aponta as vantagens da estimulação precoce de crianças com SD, pois traz consequências motoras positivas e significativas, quando a estimulação é tardia traz graves consequências futuras.

A estimulação precoce com fisioterapia, fonoaudioterapia e terapia ocupacional proporciona uma contribuição inequívoca para o melhor desenvolvimento e desempenho social possível. A ausência, de mora ou inadequação da estimulação, porém, podem limitar o desenvolvimento do indivíduo. Os pacientes com SD comumente são encaminhados muito tarde para estimulação, quando já apresentam prejuízos do desenvolvimento neuropsicomotor. Tal quadro poderia ser prevenido com uma orientação correta das mães e cuidadores com relação aos estímulos precoces necessários para suas crianças. Como os métodos de tratamento são paliativos e sintomáticos, devem ser aplicados em combinação, dando suporte um para o outro, adaptado às necessidades específicas de cada indivíduo. (MICHELETTO et al., 2009).

Além das características físicas e intelectuais que caracterizam os portadores de SD, eles podem ser sujeitos a alguns problemas clínicos, sendo os mais frequentes as cardiopatias, originárias na fase embrionária e presentes em 50% dos casos; hipotireoidismo, otites médias, refluxo gastresofágico, hérnias umbilicais.

Quanto à alimentação apresentam dificuldades ao se alimentar com na fase da amamentação não conseguirem a sucção e a deglutição do leite, quando passa para os alimentos sólidos podem apresentar dificuldade na mordida e mastigação. Havendo estes casos, os pais devem procurar ajuda de profissionais especializados para ajuda com alimentação dos seus filhos, que são: pediatra, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, enfermeiro, nutricionista e fonoaudiólogo. (PUESCHEL, 2009).

Outro problema sério é a obesidade, um problema de saúde pública atual, onde as crianças com SD não fogem deste problema. Principalmente, porque os pais no ato de amor deixam os filhos fazerem e comerem o que quer contribuindo para o aumento de criança SD com sobrepeso ou obesidade mórbida. Assim como para qualquer criança normal, é necessário um apoio alimentar educativo para crianças com SD, com a participação da família, do nutricionista e de uma equipe interdisciplinar, para que elas cheguem à idade adulta saudável, sem sobrepeso e sem obesidade (GIARETTA; GHIORZI, 2009).

Theodoro e Blascovi-assis, (2009), citando estudos de Al-Husain, (2003); Chumlea e Cronk (1981) e Damiani e Oliveira (2004), relatam que a população com SD apresenta maior porcentagem de excesso de peso em crianças e adolescentes quando comparada com a população sem a síndrome. Os autores também chamam a atenção para a grande incidência de hipotireoidismo em adolescentes com SD, em torno de 50%, sendo que esta disfunção está associada aos altos índices de sobrepeso e obesidade. (THEODORO; BLASCOVI-ASSIS, 2009).

Mesmo com avanço da medicina no tratamento de crianças com SD, ainda temos um alto índice de mortalidade principalmente nos primeiros meses ou anos de vida. Mas conseguiram aumentar o tempo de vida destes indivíduos com SD. Mesmo assim, a mortalidade dos últimos 10 anos difere significativamente em crianças com (44,1%) e sem (4,5%) defeito cardíaco congênito, especialmente quando combinado com malformação gastrointestinal (PIETRO, 2002).

2.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS DOS PORTADORES

Custeio do tratamento de uma pessoa portadora da SD necessidade de um grande investimento financeiro, e nem todas as famílias tem como pagar. Hoje existe no Ministério de Previdência Social o Benefício de Prestação Continuada da

Assistência Social (BPC-LOAS). É um benefício integrante do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), pago pelo Governo Federal, cuja operacionalização do reconhecimento do direito é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (BRASIL, 2011).

O Art. 203 da Constituição Federal de 1988 diz que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, visando a

a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária” e “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2009).

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece o entendimento sobre pessoa portadora de deficiência, sendo a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, mental, visual ou múltipla, de acordo com uma série de características. O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2009), define que as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, definições essas que caracterizam a SD.

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, protege os portadores de deficiência que, para receber o benefício devem preencher alguns pré-requisitos, como a comprovação de renda mensal do grupo familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo e ter atestada a sua incapacidade para a vida independente e para o trabalho, sendo esta avaliação realizada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS. (BRASIL, 2011).

2.3 TIPOS DE SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down tem uma determinação etiológica que está associada a três tipos principais de comprometimento cromossômicas, todos caracterizados por

um cromossomo a mais no par 21. Que são elas: Trissonomia Simples, Translocação e mosaico.

TRISSONOMIA SIMPLES OU POR NÃO-DISJUNÇÃO, ocorrem em 95% dos casos de Síndrome de Down, isto é, dois cromossomos do par 21 não se separam durante a divisão celular normal. Nesse tipo de trissonomia, os três cromossomos são bem identificados e ficam separados entre si.(PUESSCHEL,1993).

A TRANSLOCAÇÃO (3 a 4% dos casos), quando o material genético sobressalente pode estar associado à herança genética e é muito raro. Neste caso, todas as células possuem 46 cromossomos, no entanto, parte do material de um cromossomo 21 adere-se ou transloca para algum outro cromossomo. Este fato pode acontecer antes ou durante o momento da concepção. Nestas situações, as células dos indivíduos com Síndrome de Down têm dois cromossomos 21 normais, no entanto, encontramos também material adicional proveniente do cromossomo 21 aderido a algum outro cromossomo, o que dá ao indivíduo as características da Síndrome de Down. A translocação se produz quando uma porção do cromossomo 21 se adere a outro cromossomo durante a divisão celular.

MOSÁICO, ocorre em apenas 1% das crianças, neste caso, a primeira célula do embrião é normal e o erro ocorre no momento que o feto desenvolve (DANIEL SKI, 1999). Portanto, quando a criança nasce, encontram-se células com 47 cromossomos e células com o número normal de cromossomo (46). É uma situação em que as pessoas possuem células normais e células trissômicas. O diagnóstico inicial é feito, normalmente, pelos fenótipos, no entanto, para ter um diagnóstico definitivo é necessário um estudo cromossômico, realizado por um geneticista (MACÊDO, 2002).

Apesar de todo desenvolvimento da ciência, não é possível previne a síndrome nas gestantes. Mas hoje com o avanço de tratamentos especializado pode se diminuir os efeitos desta alteração cromossômica, proporcionando uma melhor qualidade de vida a estas crianças.

2.4 DESAFIOS DA ESCOLA EM INCLUIR A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Hoje as escolas passam por um grande desafio pedagógico ao ter que trabalhar com a inclusão. Pois a maior parte dos profissionais em educação não estão preparados e nem procuram se capacitar para lidar com esta nova realidade escolar. O professor por mais que tenha experiência precisa estar preparado para assumir uma situação criativa na hora de solucionar os problemas que irão aparecer.

Mas as escolas precisam oferecer uma política de formação continuada para todos os profissionais da educação. Muitos profissionais trabalham com estas crianças com SD, inseguros, com falta de conhecimento da síndrome, as in experiências das atividades da NEE e o tempo insuficiente para o planejamento

adequado. De fato, tais aspectos podem ser minimizados com a formação continuada defendida como:

A formação continuada estimula o aprendiz a desenvolver os trabalhos em equipe, ouvir outras opiniões, a considerar o contexto ao elaborar as propostas das soluções, tornando-o consciente do que ele sabe e do que precisa atender. (BRASIL 2010, p.30).

A busca da resposta para o problema da NEE, está dentro da própria sala de aula. Pois lá se encontram os problemas e as soluções de inclusão social, que terão de ser resolvidos pelos autores envolvidos na inclusão social.

É importante que as escolas montem uma estratégia para melhorar o processo de inclusão, diante dos poucos recursos disponibilizados para ela. Dentre os quais podemos destacar:

- As atividades e currículos adaptados;
- Sala de recursos multifuncionais;
- Planejamento no Projeto Político Pedagógico da escola.

Ao usar junto estas três estratégias com base para implementação da inclusão a escola terá um processo inclusivo positivo. Diminuindo a insegurança dos profissionais e minimizando os problemas por entender a Síndrome de Down suas consequências e limitações. Fazendo que os educadores pesquisem e ofereçam alternativas para facilitar aprendizagem ou minimizar esta dificuldade diariamente na escola.

A lei garante a inclusão de alunos especiais nas escolas, mas nem todas as escolas foram preparadas para dar acessibilidade a estas crianças. Pois a teoria garante este direito, porém na realidade devido à falta de infraestrutura e capacitação continua dos educadores, os desafios ficam cada vez maior para inserir estes alunos numa escola inclusiva.

Leonardo, (2008, p. 436) destaca que: “A inclusão escolar não envolve apenas a boa vontade dos profissionais, diretamente envolvido nesse processo, a disposição é importante, mas não suficiente. A inclusão requer além de infraestrutura física, no mínimo infraestrutura humana”.

O papel da escola é desenvolver o aluno com SD e ajuda no seu melhoramento intelectual e lhe dá uma vivência maior na sociedade. Se as crianças, desde do maternal conviverem entre si, elas passarão a ver a deficiência com naturalidade no

seu dia-a-dia. Diminuindo no futuro cidadãos preconceituosos e que fazem discriminação às diferenças sociais.

2.4.1 O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AO DESAFIO DA INCLUSÃO

O papel do professor está em criar uma ação pedagógica que dê possibilidades de reflexão sobre sua prática assim como a desmistificação da limitação, e as dimensões da ação educativa como concretização na prática pedagógica. Como o educador com sua experiência ver o aluno nas suas possibilidades de aprendizagem, é o fator importante para eficácia desse processo inclusivo. Não é tão fácil quanto à absorção e aplicação dos conteúdos curriculares.

Batista (2007, p.28), então aponta que, “a inclusão exige que o educador amplie as competências que já possui: observa, investiga, planeja de acordo com o aluno que possui, avalia continuamente seu trabalho, redimensiona o seu planejamento...”

Assim os educadores precisam melhorar a sua prática pedagógica e associá-la a um pensamento crítico e uma maior sensibilidade. Sendo os objetivos de ensino a autonomia intelectual, moral e social dos seus educandos, oferecendo condições de aprender a conviver com as diferenças, proporcionando um cidadão pleno. Mas ele precisa superar os seus próprios preconceitos e adequar-se a esta nova realidade na sala de aula.

As estratégias usadas com as crianças SD exigem materiais específicos e diversificados para facilitar a aprendizagem do aluno, respeitando seu ritmo de tempo e forma de aprender. Dando oportunidades para que todos aprendam os mesmos conteúdos, fazendo sempre as adaptações necessárias, o que não significa dar atividades mais fáceis a quem tem deficiência. (PIAGET, 2006, p.12) já dizia que: “a nossa possibilidade de conhecer é a resposta que damos às solicitações do meio.”

Na educação uma atitude receptiva, carinhosa e positiva é muito importante para o sucesso da educação inclusiva; o afeto ajuda à quebra a barreira do preconceito. Para Piaget (*apud* SEBER,1997), todo processo de desenvolvimento inerente ao ser humano passa pela dimensão social e envolve cognição, afeto e moral. Porém não podemos confundir afetividade com ausência de limites, pois estabelecer limites contribui na formação dos educandos também, sejam estes com necessidades especiais ou não. Segundo Freire, (1996):

É de inclusão que se vive a vida. É assim que os homens aprendem, em comunhão. O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece e isso não seria diferente com os portadores de necessidades educacionais especiais. (p.43).

Os educadores construirão o conhecimento em pessoas com deficiência se tiver a coerência entre teoria e prática, a capacidade de dar aulas sobre um mesmo conteúdo curricular a educandos que tem níveis diferentes de compreensão e de desempenho acadêmico, e respeitando o ritmo de aprendizagem e a utilização avaliação flexível no desempenho escolar, adequando-os as necessidades dos educandos. (Formação de educadores para educação inclusiva, 2008 MEC).

A educação é um processo de construção humana cujos efeitos produzem mudanças na configuração do sujeito, fazendo-o de mais flexível, mais especializado, mais humano, mais configurado de acordo com o sistema de valores que lhe serve de referência.

Na educação que o homem constrói as cadeias de relações interpessoais, efetuando uma interação com meio ambiente em que vive e estabelece os seus valores sociais e culturais na história da humanidade.

2.4.2 A INTERAÇÃO PROFESSOR X ALUNO

O professor da criança com SD deve proporcionar um aprendizado afetivo, pois uma nova informação bem assimilada raramente esta criança esquece o que aprendeu. Esta é a recompensa do processo lento da aprendizagem. Dentre as pessoas com deficiência mental, as com síndrome de Down, de forma geral, apresentam mais habilidades que as demais para executar atividades que já sejam de seu repertório, e este fator deve ser sempre lembrado pelos educadores que poderão se utilizar de conhecimentos já adquiridos para atingir novos objetivos.

O atendimento a uma criança com Síndrome de Down exige do educador um preparo intelectual, paciência e dedicação da sua parte, para reconhecer não somente suas dificuldades e limitações, mas principalmente suas habilidades e potencialidades. A intervenção deve estar direcionada aos seus talentos e capacidades, de forma a desenvolver suas possibilidades. O professor deve utilizar o mesmo material entre as crianças ou materiais similares para evitar que o aluno se

sinta diferente dos demais colegas, e os mesmos possam ver a criança com outro olhar.

O professor precisa ser criativo para não restringir a aprendizagem na sala de aula. Utilizando de vários métodos e espaços dentro e fora da escola. Um método muito eficaz é o de envolver os alunos no projeto de tutores ou guias uns dos outros. Os alunos com síndrome de Down têm uma grande capacidade de imitação, fato que os favorece estar em contato com alunos melhor dotados, que servem de modelo adequado para eles.

2.4.3 A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA COM A ESCOLA

A relação entre escola e família deve ser estimulada, para que seja “falada a mesma língua”. O processo de aprendizagem deve ser contínuo na escola e na família, para que o aluno possa sentir seguros nas suas decisões e aceitar mais facilmente os seus erros. O acompanhamento da família neste processo de forma sistemática nas reuniões individuais e coletivas, havendo também esclarecimento dos acontecimentos para os pais e alunos. Como a sala de aula adequada, análise da equipe pedagógica em articulação com os professores, entre outros fatores, a sua idade cronológica.

A escola deverá promover na sala e na escola com um todo como todos os pais, incluindo das crianças de inclusão, para que todos se sintam confortáveis, seguros, confiantes e realistas diante das novas possibilidades que irão surgir. A ideia que nessas reuniões possam ser promovidos seminários e palestras que esclareceram as dúvidas dos pais nesta nova etapa da escola que visa a inclusão social. A entrada da criança na pré-escola e sua adaptação gera uma insegurança nos pais, pois a mesma está saindo da sua proteção familiar.

Nas crianças com SD a sua entrada na educação infantil regular é de suma importância para o seu desenvolvimento social e intelectual, quando a inclusão é bem feita. Por exemplo, ela aprenderá a dividir e brigar pelos brinquedos, tentará se expressar nas mesmas condições das crianças consideradas "normais", e isto ajuda no seu desenvolvimento na cognição, na linguagem, nas habilidades motoras e na socialização. Acreditamos que colocar uma criança com Síndrome de Down em uma

escola regular é dar-lhe a mesma chance que todas as crianças têm de desenvolver o seu potencial cognitivo e sócio afetivo.

A pessoa com Síndrome de Down terá o seu comportamento influenciado pelo meio social que vive, na escola, família e sociedade onde os resultados dessa interação podem limitar ou ampliar as oportunidades do seu desenvolvimento e de suas possibilidades de integração social. Mas algumas barreiras precisam ser rompidas algumas delas são a aceitação e o preconceito ainda existente na sociedade. Hoje a maior dificuldade da inclusão de crianças SD nas escolas regular são o despreparo dos professores, aceitação de alguns pais que não querem aceitar alguém diferente na companhia de seus filhos dito “perfeito”.

Atualmente não se pode determinar até onde uma pessoa com Síndrome de Down pode chegar com sua autonomia, mas acredita-se que seu potencial é muito maior do que se considerava há alguns anos atrás. A inclusão de fato significa oportunizar e habilitar essas crianças a realizarem todas as suas potencialidades, minimizando as inferioridades resultantes de suas dificuldades, e este é o papel da escola.

2.4.4 A INTERAÇÃO ALUNO X ESCOLA

Uma educação integrada com a inclusa requer uma proposta satisfatória e com objetivo de desenvolver habilidade de comunicação com a sociedade. A escola deve proporcionar o desenvolvimento da criança ou adolescente portador de necessidades especiais a superar suas dificuldades e o máximo de autonomia possível na sociedade. A convivência, o contato, a inter-relação com as outras crianças e adolescentes possibilita à criança e ao adolescente com deficiência, o enriquecimento de suas experiências, modelos comportamentais mais adequados, garantindo-lhes seu desenvolvimento.

Segundo Fonseca (1987, p. 16), “A integração é o combate mais adequado à institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional”. A verdadeira integração ocorreu quando quebrou os muros da separação no sistema educacional. Isto é, quando não houve mais escolas para pessoas normais e pessoas com deficiências. Quando falamos de interação entre os deficientes e os não deficientes na escola regular pode se falar numa política de integração. Nenhuma

razão humana e científica pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes.

As escolas regulares devem ampliar as suas capacidades para integrarem as crianças com Síndrome de Down. O sistema de ensino tem de ser de qualidade. “Os programas de integrados dos indivíduos não são um luxo, e sim necessários no movimento de integração” (FONSECA, 1987, p. 23). Na escola, deve-se defender a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais, como única saída para fazer valer os direitos constitucionais de todo cidadão, e contra a exclusão social. A criança ainda não tem preconceitos. Se a escola mostra que a sociedade é formada por pessoas diferentes, a criança acaba se tornando um cidadão mais consciente.

A escola deve disponibilizar oportunidades no desenvolver de habilidades aos educandos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, segundo VYGOTSKY (1994): Portanto se alguém aprende a fazer bem uma única coisa, também será capaz de fazer bem outras coisas sem nenhuma relação, como resultado de alguma conexão secreta. Assume-se que as capacidades mentais funcionam independentes do material com que elas operam, e que o desenvolvimento de uma capacidade promove o desenvolvimento de outras.

2.5 COMO ESTIMULAR A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN A ESCREVER

2.5.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ESTIMULAÇÃO

A educação especial é uma modalidade de ensino que promove o desenvolvimento global a alunos portadores de deficiências, que necessitam de atendimento especializado, assegurando-lhe o pleno exercício dos direitos básicos de cidadão e efetiva integração social. Práticas pedagógicas adaptadas às diferenças individuais vêm sendo promovidas dentro das escolas do ensino regular. No entanto, requerem metodologias, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adaptados (SAHB, 2006).

O desenvolvimento da aprendizagem das crianças com SD está ligada com a escola e os profissionais que se propõem a motivar a criança, com estratégias de ensino diferenciadas, buscando utilizar desafios e treinamentos adequados às condições de cada uma. O professor pode ainda ajudá-las a perceber o seu

desenvolvimento ao relacionar seus esforços e aquisições no desenvolvimento. Cabe a este mediador enriquecer o ambiente linguístico da classe através de contos, vivências, dramatizações, para que a criança ao ler a palavra crie uma representação mental, bem como exercícios de segmentação das palavras através de rimas, poesias, trava-línguas, canções, entre outras coisas. Assim, permite-se à criança associar os símbolos aos sons. Estes tipos de atividades contribuem para o desenvolvimento cognitivo e social, e são oportunidades de fazer amizades, quando realizadas em grupo.

O trabalho pedagógico deve respeitar seu ritmo e estimular o desenvolvimento de suas habilidades com a criação e implantação de programas que atendam às necessidades específicas na educação. Consoante a isso, Silva (2002) nos traz que o ensino não deve ser teórico e metódico e sim deve ocorrer de forma agradável e gradual, pois estas crianças não conseguem absorver grande número de informações. Também não devem ser apresentadas informações isoladas ou mecânicas, tudo deve ser contextualizado.

A criança com SD, ao desenvolver e ampliar sua possibilidade psicomotora, permite que se realizem atividades didáticas simples e iniciando o processo de alfabetização. Assim, de forma agradável e prazerosa, a criança vai desenvolvendo atividades físicas, emocionais e cognitivas que possibilitam a elaboração do pensamento. Procurando identificar na criança os rendimentos, atitudes, motivação, interesse, relações pessoais, forma de assumir tarefas e enfrentar situações, é dessa forma que o docente traça um planejamento adaptado em prol da aprendizagem.

Desse modo, Fonseca (2004) aponta que a educação psicomotora deve estar direcionada para dentro do contexto escolar, a fim de desenvolver práticas de caráter preventivo e educativo que garantam o desenvolvimento integral da criança com SD, nas várias etapas de seu crescimento, possibilitando a formação e estruturação da representação de cada pessoa em relação ao seu corpo.

As estratégias pedagógicas com material concreto e atividades lúdicas são as mais indicadas e trabalhadas, algumas delas são: desenho, dobraduras de papel, recorte e colagem, quebra-cabeça, jogos de tabuleiro, para que elas e os educadores possam perceber seu ritmo criativo; pintura a dedo e corporal com pincel, dedo e canetas, como também, em papéis ou objetos que caracterizem uma imagem de expressão abstrata e corporal, para o desenvolvimento da coordenação motora ampla; envolvê-las em atividades como danças, futebol, rodar pneu de borracha,

brincar de estátua, cirandas, esconde-esconde dentre outras, para desenvolvimento da coordenação motora geral. Uma forma de auxiliar essa adaptação é compor duplas ou trios para desempenhar uma atividade, onde a criança trabalhe com repertórios mais desenvolvidos de outras crianças, estimulando seu crescimento.

2.5.2 O ENSINAR E O APRENDER DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Ao professor cabe a tarefa de perceber “[...] que tais potencialidades são reais e que existe uma base de maturidade (Piaget), ainda incompleta, porém suficiente para incorporar aprendizados mais complexos (Vygotsky).” (DIAZ-RODRIGUEZ, 2010, p. 02). Para MAHEU (2008), para o docente interferir na aprendizagem precisa ter saberes essenciais, tais como: os de ordem didática, que inclui a relação entre o professor e o objeto de conhecimento, e a ordem psicopedagógica, que significa a atenção ao processo de aprendizagem do aluno. Além disso, a autora incorpora os saberes lúdicos e criativos como complemento aos anteriores, e tão necessários ao fazer do professor e ao aprender do aluno.

O professor, ao trabalhar com a língua escrita e fazer uso da intervenção pedagógica no apoio ao aluno ou grupo, é responsável por organizar métodos para ajuda na aprendizagem da leitura e escrita dentro do modo particular de concebe o conhecimento do indivíduo. (VARELLA, 2001; COLL, 2009). Em outras palavras, pode-se afirmar que: "o saber dos docentes sobre a leitura e a escrita, combinado ao conhecimento do modo pelo qual a criança realiza o processo de aprendizagem, abre novas perspectivas para a prática docente do alfabetizador". (VARELLA, 2001, p.29).

Para Teberosky e Colomer (2003) o trabalho pedagógico aplicado deve se desdobrar em construir um ambiente rico em atividades diversas de leitura e de escrita de forma compartilhada, desenvolvendo o conhecimento. O docente atua na zona de desenvolvimento proximal dos alunos. A zona de desenvolvimento proximal, estudada por VYGOTSKY (1998) e colaboradores, aborda a importante aprendizagem, revela a necessidade de análise sobre o ensino escolar que precisa considerar a aprendizagem previa da criança, adquirida antes dela entrar para a escola. Para Vygotsky, a definição de zona de desenvolvimento proximal pode ser explicada da seguinte forma:

Se uma criança pode fazer tal e tal coisa, independentemente, isso significa que as funções para tal e tal coisa já amadureceram nela. O que é, então, definido pela zona de desenvolvimento proximal, determinada através de problemas que a criança não pode resolver independentemente, fazendo-o somente com assistência? A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “broto” ou “flores” do desenvolvimento ao invés de “frutos” do desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1998, p. 113).

O autor alerta sobre duas zonas de desenvolvimento mental de uma criança, que estão presente em dois níveis: o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1998). Para Diaz-Rodriguez (2010), em seus estudos sobre as obras vygotskianas, é preciso uma cuidadosa revisão deste conceito, diante das traduções e interpretações das obras do autor russo, o entendimento sobre a zona de desenvolvimento proximal, pode ser mal compreendido devido à praticas inadequadas.

Na compreensão deste conceito, o autor percebe que aprendizagem não está controlada pela previsão didática escolar, mas, de outras influencias presente no contexto cultural da criança. Como uma ida a uma biblioteca, o faz-de-conta, atua nas zonas de desenvolvimento proximal da criança, onde colaborarão na dinâmica de processos internos da aprendizagem. Tendo uma intervenção pedagógica é importante para desencadear processos que estão a caminho de realização (OLIVEIRA, 2010). Assim, Diaz-Rodriguez detalha o conceito e explica que a zona de desenvolvimento proximal:

transcorre em níveis organizativos ou etapas de percurso que Vygotsky denominou Zonas de desenvolvimento e que se caracterizam por um grande dinamismo, pois os mecanismos que nelas se operam estão em constantes transformações que provocam mudanças quantitativas e qualitativas. (2010,p.03).

As etapas de desenvolvimento da aprendizagem passam por três fases específicas. Onde o professor analisa o que a criança sabe fazer sozinho, zona de desenvolvimento real. Também observa quando a criança não sabe fazer sozinha, etapa do desenvolvimento potencial. A zona proximal, a criança usa o que sabe para auxiliar na aprendizagem. (DIAZ- RODRIGUEZ, 2010; VYGOTSKY, 1998). O autor esclarece que nos níveis do desenvolvimento mental é um caminho dinâmico nas funções e capacidades que atuam entre si. Tais etapas são: potencial, proximal e real.

Onde será detalhada as etapas de desenvolvimento mental e sua importância na compreensão pedagógica.

A etapa do desenvolvimento potencial é o processo inicial da aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula, onde a criança não tem maturação necessária para fazer as atividades sozinhas, mesmo com auxílio do professor que lhe oferece dicas e pistas, que Vygotsky chama de “brotos” ou “flores”. (DIAZ-RODRIGUEZ, 2010). A zona de desenvolvimento proximal apresenta num nível mais avançado na aprendizagem, onde falta pouco para alcançar a maturidade cognitiva, para dar conta do processo adaptativo no desenvolvimento mental sozinho. Como VYGOTSKY (1998) diz que a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento que está por vir, quando por exemplo a criança consegue fazer a atividade com o apoio do professor ou de colegas.

Freire (1986) afirma que o diálogo entre as pessoas com SD são capazes de abrir as possibilidades de pensar sobre a sua própria realidade. O diálogo gera uma reflexão conjunta muito importante: “o que sabemos e o que não sabemos” para atuar nessa realidade. Ele não deve ser visto como uma técnica para adquirir resultados, mas fecha o relacionamento entre sujeitos cognitivos, diante de um objeto de conhecimento.

No caso da educação, o conhecimento do objeto a ser conhecido não é de posse exclusiva do professor, que concede o conhecimento aos alunos num gesto benevolente. Em vez dessa afetuosa dádiva de informações aos estudantes, o objeto a ser conhecido medeia os dois sujeitos cognitivos. Em outras palavras, o objeto a ser conhecido é colocado na mesa entre os dois sujeitos de conhecimento. Eles se encontram em torno dele e através dele para fazer uma investigação conjunta (FREIRE, 1986, p. 124).

As crianças com SD, diante dos conteúdos podem usar das técnicas de aprendizagem como as exemplificações orais, repetições, definições e esclarecimentos que possam apoiar a compreensão e a aprendizagem. O conhecimento se constitui na troca de saberes entre o professor e o aluno. O professor oferece caminhos para o atingir da aprendizagem até mesmo no uso de brinquedos (DIAZ- RODRIGUEZ; BEGROW, 2009). Vale lembrar, por exemplo, que:

No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é

como ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. (Vygotsky, 1998 p.134-135).

A mediação direta do professor dá-se através de pistas, indicação de caminhos, trocas verbais ou gestos, que possam ajudar a compreender a atividade em sala de aula. E a indireta o professor busca o apoio de outros alunos, garantindo a aprendizagem e desafios entre pares, e estas atividades lúdicas em sala de aula, no pátio e corredores geram os momentos possíveis de leituras escritas livres; rodas de conversas; os desenhos; as brincadeiras cantadas ou recitadas; as parlendas, rimas, piadas e trava-línguas.

2.5.3 POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

As possibilidades de desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down podem atingir sua efetivação em um mundo mais justo e sem o ranço do preconceito. Aos professores cabe trabalharem na busca de informação e conhecimento que possam melhorar o processo de inclusão que instalem os alunos especiais em diferentes contextos sociais. É importante destacar o conhecimento do diagnóstico da SD não pode alterar o compromisso dos professores com a formação e com o investimento educacional para melhorar a qualidade de vida. Segundo Alves (2007, p. 41).

[...] na criança com Síndrome de Down a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas, como a linguagem, percepção, esquema corporal, orientação espaço-temporal e lateralidade.

As crianças com Síndrome de Down têm que ter investimentos externos que possam amadurecer as funções neurológicas, para executar as suas atividades diárias. Vale ressaltar que existem alterações no processo de interiorização que dificultarão a construção do conhecimento e, principalmente na aquisição da linguagem. Para amenizar as dificuldades surgidas na escola, o professor deve reconhecer estas dificuldades e estimular capacidades de desenvolvimento dessas

crianças promovendo ações metodológicas e criativas melhorem a qualidade de vida da criança com SD. É preciso compreender que a síndrome não se constitui uma doença, que pode ser prevenir, que se tem cura ou tratamento para se diminuir o grau do comprometimento na base cognitiva.

Existe estímulos externos que ajudam o cérebro a ampliar sua plasticidade, melhorando a potencialidade de cada indivíduo com Síndrome de Down. Essas ações contribuirão para o desenvolvimento social, afetivo, motor e da linguagem. Quanto maior for a sua estimulação, mais internalizados serão os domínios. Nesta direção (ALVES, 2007, p. 39) diz que “cabe, portanto ao professor ser investigador, ou seja, aquele que ouve, vê e procura compreender o potencial de cada criança com quem trabalha.” (ALVES, 2007) vale ressaltar que não se pode dar limite ao desenvolvimento intelectual dos sujeitos. A educação da criança com a síndrome deve atender às suas necessidades especiais e atente às demais crianças. É preciso desenvolver atividades dentro e fora do contexto escola para ampliar a área de conhecimento relacionado a diversos lugares onde se tem movimento de pessoas, animais e tudo que está em sua volta visualizando o mundo por um outro olhar.

A inteligência da criança com Síndrome de Down cresce com as especificidades apresentadas nos sujeitos, ou seja, não existe assim tempo fixo o desenvolvimento da aprendizagem. Outro aspecto importante é ter atividades curtas, atividades prolongadas não funcionam pela facilidade de perder a concentração. Algumas crianças aprendem a ler e a escrever com certa rapidez, outras precisam de um tempo mais longo. É necessário planejar atividades que se adequem ao tempo de realização de cada criança. Lembrando que não se deve cobrar das crianças com a síndrome um tempo de atenção mais prolongado (ALVES, 2007).

Para o pleno desenvolvimento da linguagem escrita e falada há criança com a síndrome tem que ter um contato social amplo e diversificado, além da convivência familiar e escolar. Frequentando diversos grupos sociais para que possa enriquecer o seu vocabulário, a instalação e articulação dos sons e produzir texto orais e escritos (CASTRO, 2002). Segundo (VYGOTSKY, 1998) a interação sócio comunicativa diferente possibilita o desenvolvimento da fala e se reproduz na escrita. A troca de conhecimento entre as crianças e de suma importância, pois elas observam articuladas as palavras, como é feita a classificação das coisas, pessoas, objetos e animais e isso contribui para o seu entendimento. Gerando aos poucos um

amadurecimento no raciocínio, melhorando as ações cognitivas e motoras, tanto relativas à fala, quanto à escrita.

A fala é um canal de desenvolvimento da inteligência nas crianças com a síndrome a evolução desta linguagem se dá lentamente, sendo necessário o uso de estímulos externos. Devido à dificuldade motora e sonora na produção do som que depende da articulação dos órgãos como: o movimento da língua, dos lábios, dos dentes, dos maxilares. Quanto maior forem os contatos com as atividades orais, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento da fala, pois o cérebro tem plasticidade o que possibilita a capacidade de aprendizagem, que estão ligadas aos fatores biológicos, ambientais e sociais. Ressaltando a importância de uma equipe multidisciplinar que acompanhe a criança com Síndrome de Down para possibilitar o seu desenvolvimento na esfera educacional e social.

2.5.4 DESENVOLVIMENTO MOTOR E COORDENAÇÃO MOTORA

O termo motor ou coordenação motora refere-se aos fatores biológicos e mecânicos que influenciam o movimento (GALLAHUE e OZMUN, 2005, p.17). Estes termos quando usados juntos ressaltam as ações motoras do homem durante a sua vida nas mudanças qualitativas e quantitativas de ações motoras do ser humano ao longo de sua vida. Que segundo Gallahue e Ozmun, 2005 é a contínua movimentação na prática das tarefas, a biologia do indivíduo e as condições do ambiente.

O desenvolvimento motor do ser humano pode ser observado nas alterações do comportamento motor durante o ciclo da vida. De acordo com Gallahue e Ozmun (2005) o movimento pode ser agrupado em três categorias: movimentos estabilizadores, locomotores e manipulativos. O movimento motor ainda pode ser estudado em quatro fases: reflexa, rudimentar, fundamental e especializada.

Os reflexos são as primeiras formas de movimento humano [...]. As habilidades motoras rudimentares representam as formas básicas de movimento voluntário que são necessárias para a sobrevivência [...]. As habilidades motoras fundamentais representam um período no qual as crianças pequenas estão ativamente envolvidas na exploração e na experimentação das capacidades motoras de seus corpos [...]. Na fase especializada, o movimento torna-se uma ferramenta que se aplica a muitas atividades motoras complexas presentes na vida diária, na recreação e nos objetivos esportivos. (GALLAHUE e OZMUN, 2005, p.58-61).

Segundo Gallahue e Ozmun, 2005 tanto o desenvolvimento e o refinamento das habilidades motoras são influenciados de maneiras complexas, uma vez que são muitos os fatores que influenciam nesse fenômeno. O desenvolvimento motor está intimamente ligado à execução de movimento ao longo da vida, uma vez que sua privação ou pouca experiência de uso interferem nas habilidades das crianças, que influencia nas características de cada faixa etária.

Segundo Rosa Neto (2002) a atividade motora sua coordenação motora é essencial no desenvolvimento da criança, pois está aberta a todas as possibilidades que o movimento oferece para descobrir o mundo através do seu movimento. Sendo fundamental uma ampla oportunidade de práticas que estimulem a desenvolver a sua coordenação motora.

Segundo Gallahue Ozmun (2005) a coordenação motora é a habilidade de movimentar os sistemas motores separados em padrões de movimentos eficientes. A criança com SD precisa desempenhar movimentos específicos, em série, rápida e precisa para poder ter um comportamento coordenado. Ainda sobre a coordenação motora (LOPES et AL, 2003) diz se tratar de uma interação harmoniosa entre os sistemas músculo-esquelético, nervoso e sensorial a fim de produzir ações motoras precisas e reações adaptadas.

Sendo a coordenação motora um elemento fundamental no desenvolvimento das habilidades básicas que o ser humano utilizar de varias parte do corpo para que este movimento aconteça de forma harmoniosa e estes movimentos começam a ser estimulados na infância. No caso, das crianças com Síndrome de Down já nascem com a parte motora e da coordenação motora comprometida, precisando de acompanhamento especializado para desenvolver melhor a sua coordenação motora. Tais como fisioterapeuta, fonoaudiólogo entre outros que ajudaram neste processo.

Lopes et al (2003) chama atenção para a insuficiência da coordenação motora, que ocorre quando há uma diminuição do uso dos movimentos, gerando uma instabilidade motora. Essa insuficiência de coordenação depende da qualidade e quantidade de experiências motoras com é o caso das crianças com SD. A criança ao senti a necessidade de movimentar através de exercício ocorre um aumento qualitativo na coordenação do movimento aumentando a sua experiência de movimento motor.

Como citado anteriormente, a coordenação motora é melhorada com o aumento dos estímulos, quanto mais estimulado o movimento mais eficaz ele se torna. Por isso nas escolas estes movimentos são trabalhados com mais eficiência nas aulas de educação físicas para todas as crianças incluindo as crianças com SD, onde estimula e desenvolver um amplo repertório motor nestes estudantes.

3_ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Stainback & Stainback (1999) ressaltam que os educadores mostram-se temer, a responsabilidade em lidar e vivenciar com a inclusão, além da mudança na rotina da sala de aula, do despreparo dos professores a falta de treinamento e capacitação dos mesmos ao inserir uma criança com deficiência na escola regular. Ela tem direito a frequentar a escola regular, mas está uma questão complexa, necessita ser refletida intra e extra escolar, uma vez que a escola deve defender o direito de todos os alunos estarem na escola. O mais importante nesta discussão é dar oportunidades de desenvolver a criança especial na sala de aula com profissionais qualificados. Não apenas jogá-la na sala de aula sem garantir a sua condição de aprendizagem que é o direito seu. Nesse contexto, Figueiredo (2007, p. 12) acrescenta que

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções ou estruturas que estão prejudicadas. É necessário que o professor conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: o aspecto biológico, cognitivo, motor, a interação social e afetivo emocional.

Nesse entendimento, a nossa questão de partida é a seguinte: Pautados nessa discussão, a presente pesquisa teve seu problema ligado a seguinte questão: Como é que os professores do ensino fundamental da escola estadual no município de São Bento promovem a inclusão de alunos com Síndrome de Down? Além de pretender observar metodologicamente a inclusão de alunos com Síndrome de Down e os desafios diários enfrentados pelas escolas do município de São Bento – PB em mantê-los motivados.

3.1_ TIPO DE ESTUDO

A busca de pesquisa sobre a realidade da Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais (NEE) nas escolas de ensino regular nos conduza contexto de vida real e vivência dos pequeninos nesse processo inclusivo. Sendo assim, busca-se no estudo de caso, um caminho possível para esclarecer indagações sobre a prática e concepções dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O estudo de caso é caracterizado pela análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira a permitir um conhecimento amplo e detalhado do mesmo (GIL, 2003). Entendendo, então, que está permitindo uma percepção de maior diversidade e possibilidade de informações, as quais podem ser apreendidas através de uma leitura e interpretação mais aguçada das respostas obtidas junto aos sujeitos pesquisados. A finalidade, portanto, é mostrar e analisar o enfrentamento da inclusão escolar de crianças com deficiência na rede regular comum de ensino, dentro dos seus avanços e desafios em perspectiva na garantia de direito.

Isso vem confirmar o que Yin (2005, p. 20) diz:

o estudo de caso “surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real.

Busca-se compreender a realidade ora apresentada e este estudo de caso apresenta como fonte de evidência um questionário aplicado aos professores que estão diretamente envolvidos no processo inclusivo da escola. A opção por trabalhar com o questionário levou a pesquisadora a conhecer melhor as dificuldades enfrentadas pelos educadores no cotidiano escolar, além de permitir o conhecimento das contribuições científicas sobre o tema, baseando-se nos estudos de (MARTINS, 2000, p. 28), que destaca: “trata-se de um estudo para conhecer, recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno estudado”.

Esta pesquisa também é de abordagem qualitativa, pois, de acordo com (MINAYO & SANCHES, 1993), esse tipo de abordagem mista permite obter uma compreensão e explicação mais ampla do tema a ser estudado. Também é denominada como multimétodo por Costa (2007) que orienta o pesquisador cuidadosamente na coleta e construção dos dados. A pesquisa apresenta um caráter descritivo, pois sugere uma maior aproximação entre o investigador e o objeto de estudo.

Assim, há a possibilidade de observar e descrever com maior lealdade os indivíduos e a sociedade que por hora estão sendo investigados. Gil (2010, p. 17) vem nos confirmar quando diz: “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população, podendo ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

De acordo com o autor citado, a combinação de técnicas dessas duas naturezas torna a pesquisa mais densa e reduz os problemas de adoção de um único caminho. Isto vai ao encontro de Goldenberg (1999, p. 62), que afirma: “permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto específico ou de uma situação particular”. Contudo foi contemplado nesse estudo tanto a quantificação dos dados como a qualificação dos fatos no transcorrer da pesquisa.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

O presente estudo foi realizado em uma escola da Rede Estadual da cidade de São Bento-PB, aqui chamada de Escola de Ensino Fundamental Milton Lúcio da Silva, que atende crianças do ensino fundamental do 1º ao 5º ano. A instituição foi selecionada, pois atende crianças com necessidades educativas especiais de ano de 2011 e é onde está inserido o maior número de alunos com NEE do município.

As dificuldades encontradas pelos professores em lidar com crianças com essa problemática em sala de aula, em particular a Síndrome de Down, foi um dos motivos que motivou a escolha do tema para a pesquisa. Outro fator que contribui para a escolha do estudo foi realizar um trabalho mais afetivo junto aos professores, o que nos garante de certa forma um compromisso maior com a instituição, visando assim a uma boa qualificação para com o corpo Docente.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ONDE DECORREU O ESTUDO

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Milton Lúcio da Silva, faz parte do quadro das escolas Estaduais da 8ª Gerência de Ensino, no município de São Bento, que está localizada no Alto Sertão Paraibano.

A escola foi criada no ano de 1965, quando a cidade de São Bento contava apenas com uma escola para atender a uma população, que já crescia a passos largos. Para suprir a população escolarizável, nessa época o vigário Padre José Zélio Marques Neves tomou a iniciativa de abrir uma escola para atender as crianças das ruas mais carentes da cidade, conhecida como a rua do Fogueteiro, a escola

funcionaria numa casa sem estrutura física adequada, mesmo assim foi adaptada para oferecer o primeiro curso escolar que graças à parceria com a Escola Estadual Fausto Meira teve bons resultados.

Para que a escola seguisse com sucesso a supervisora Estadual Maria Josana Cavalcante não mediu esforços para a criação e funcionamento da escola dos pobres, como era conhecida. Iniciou suas atividades com duas professoras: Júlia Alves e Juraci Leal, atendendo a uma demanda de 60 alunos, o que se fez necessário a transferência da escola para prédios público que estava ocioso como a cadeia Pública, açougue público que devido à necessidade era adaptado para funcionar a escola, mais uma vez a escola foi transferida para o prédio onde funcionava o colégio João Silveira Guimarães no turno matutino. Foi nesse período que a comunidade escolheu o nome da escola, passou a chamar Escola Estadual Milton Lúcio da Silva em homenagem ao Prefeito da época que muito contribuiu para a fundação e o funcionamento da mesma.

A mencionada instituição, depois de funcionar em vários prédios, públicos recebeu sua sede própria com uma área com 2.400m² de terreno e 362 m² de área construída, localizada na Avenida João Pessoa, 116, Bairro Herculano, na cidade de São Bento – PB, construído e inaugurada na administração do Governador Wilson Braga, sob autorização do Conselho Estadual de Educação por meio do Decreto nº 10.530/84: com CNPJ nº 01.643.070/0001-20. As suas dependências eram: quatro (04) salas de aula, uma (01) secretaria, uma (01) cantina e dois (02) banheiros. Devido a procura por vagas a escola ampliou suas dependências construindo mais duas (01) sala de aula, uma biblioteca (01), dois (02) banheiros e um (01) depósito para merenda.

Atualmente, funcionam os três (03) turnos: manhã com 140 alunos, tarde com 146 alunos e a noite com 20 alunos matriculados na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Para atender a uma clientela de 306 alunos, conta com (01) diretora geral a Senhora Júlia Alves dos Santos, (01) vice-diretora a Senhora Mirian Nogueira de Castro, 16 professores, a maioria com formação na área de educação e outros se qualificando, (1) secretária e (1) auxiliar de Secretaria, (2) inspetores, (2) vigias e (2) Porteiros, além de (05) auxiliares de serviços gerais.

Sabemos que uma boa educação depende de vários fatores como: espaço, boa estrutura física, materiais didáticos, acesso as novas tecnologias e comprometimento por parte de todos os envolvidos. E nesses aspectos a nossa escola está bem servida

com os recursos que tem recibo por meio do Governo Federal, através dos Programas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), como: PDDE, PDE - ESCOLA e o MAIS EDUCAÇÃO, todos esses programas tem beneficiado a escola em sentido financeiro e pedagógico.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Foi realizado um levantamento do perfil epidemiológico dos alunos com necessidades educativas especiais atendidas na escola de ensino regular Milton Lúcio da Silva, onde constatou-se que, dos 306 alunos matriculados na escola, apenas um (1) apresenta diagnóstico de Síndrome de Down.

Para averiguar quais crianças apresentavam diagnóstico de SD, foi feito um levantamento, através de prontuários de todas as crianças atendidas na Associação de Mãos Dadas que nos forneceu o laudo médico e nos orientou onde os alunos estavam inseridos no sistema de ensino regular.

O estudo foi desenvolvido junto a 25 professores que são efetivos no município, atuando aproximadamente há seis (6) anos ou mais na mesma escola e que estão trabalhando com o aluno com Síndrome de Down no 3º ano. A amostra Foi selecionada por meio de professores que estão em contato direto com o aluno com Síndrome de Down em sala de aula. Por tanto, os participantes da pesquisa para a realização deste trabalho foram os professores que trabalham com o Ensino Fundamental.

Todos os educadores são graduados, quanto à prática pedagógica todos utilizam espaços disponíveis na instituição para realizar suas aulas, como a sala de leitura. Após convidar os professores, houve esclarecimentos e agendamento dos horários foram realizados pela própria pesquisadora por meio de contato pessoal. Durante o primeiro contato foi confirmado com o professor se a criança com Síndrome de Down estava inserida em sala de aula. Em seguida, realizou-se um esclarecimento prévio sobre a pesquisa e verificado se o professor gostaria de participar da pesquisa.

Para os critérios de inclusão do aluno, foram: Diagnóstico clínico de Síndrome de Down, ser matriculado na escola de ensino regular, frequentar regularmente a escola, o professor estar diretamente envolvida com o aluno.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para responder aos objetivos da pesquisa, escolheu-se como instrumento a seleção de dados por questionário (Apêndice A). Este método permite obter informações juntos aos educadores, o que foi importantíssimo para o conhecimento da interação dos professores junto à inclusão de alunos com Síndrome de Down.

Lopes (2011) conceitua o questionário como sendo um método de observação não participante, apoiada numa série de perguntas dirigidas ao conjunto de sujeitos, ou seja, nada mais é do que um amplo conjunto de perguntas que são relevantes para a pesquisa. O autor já citado considera ainda que as características essenciais de um questionário deverão ser interessantes e motivadoras à resposta. Portanto, foram evitadas perguntas complexas, negativas, irritantes e tendenciosas que induzam logo à resposta.

No questionário foram utilizadas perguntas abertas e fechadas. Quando às perguntas de conteúdo que se apresenta fechadas, há resposta de eleição (sim ou não) em que se escolhe apenas uma. Dentre as indagações abertas, o entrevistado responde com as suas próprias palavras.

3.6 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Para realizar o estudo a pesquisadora procurou a equipe do Núcleo Gestor da escola Milton Lúcio da Silva cidade de São Bento-PB. Após apresentar a proposta do trabalho e os objetivos, a equipe gestora demonstrou bastante interesse e disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Em seguida foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) o questionário, para a equipe de professores que atuam nos turnos matutino e vespertino do ensino fundamental.

Buscou-se então junto à equipe multidisciplinar da escola informações sobre quais dificuldades encontradas pelos mesmos em receberem alunos com Síndrome de Down na inclusão escolar. Após a equipe a ser investigada obter os conhecimentos dos objetivos da pesquisa, além de contribuírem para que o estudo aconteça, todos passaram a responderam prontamente o questionário.

O questionário foi aplicado a cada professor individualmente na sala de leitura da escola, em uma Terça-Feira, a partir das 13h, horário esse em que todos os educadores encontravam-se em planejamento de suas aulas.

O questionário semiestruturado para a coleta de dados continha dez (10) perguntas e, para facilitar compreensão de todas, foram lidas e explicadas aos educadores antes de serem respondidas. Esclareceu-se também que os nomes dos sujeitos envolvidos na pesquisa seriam mantidos em sigilos, bem como suas falas, para resguardar sua integridade.

Neste sentido, o questionário foi respondido por vinte e cinco (25) professores, que trabalham diretamente com o aluno.

3.7 POSICIONAMENTOS ÉTICOS DO PESQUISADOR

O desenvolvimento da investigação baseia-se em diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas, envolvendo seres humanos, estabelecidas na Resolução N° 196/ 96 do Conselho Nacional de Saúde, em vigor no país (BRASIL, 1996), que incorpora os referenciais básicos da bioética, bem como os princípios éticos da autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, sendo definida como individual ou coletiva e que envolve o ser humano, em sua totalidade ou em partes, inclui informações e o manejo de materiais (COSTA; VALLE, 2000), pelos os indivíduos deverão assinar um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

4. ANÁLISES DE DADOS

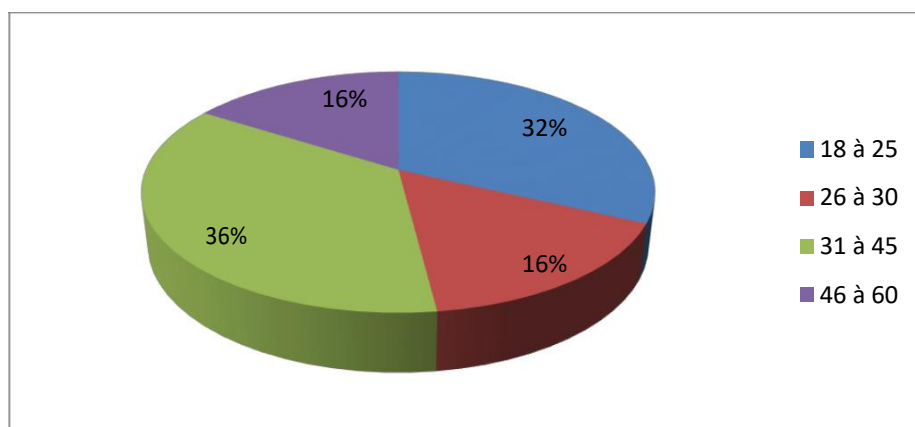
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados iniciou após a coleta, quando obtiveram-se as respostas através do questionamento direcionado aos grupos de professores. A partir disso, realizou-se a análise das repostas que foram agrupadas para facilitar o entendimento e assim realizar o embasamento teórico de acordo com diversos autores que abordam o tema em questão. A coleta de dados realizada na escola pública com os professores foi adquirida através da aplicação de um questionário, o qual foi entregue aos professores no momento em que não se encontravam em sala de aula, no horário pedagógico, o que facilitou o recebimento imediato deste instrumento. O questionário apresentava 10 (dez) questões todas direcionados aos professores envolvidos diretamente com o aluno. Foram realizadas análises quantitativas das questões fechadas do questionário e análise de conteúdo das questões descritivas.

Os testemunhos ao longo desse estudo foram cuidadosamente analisados, com o objetivo de responder a principal questão da pesquisa que é essencialmente saber se os professores estão preparados para lidar com a interação entre o aluno com Síndrome de Down na inclusão escolar, a preocupação foi também perceber a aceitação da inclusão escolar de alunos com NEE no ensino regular por partes dos educadores.

DADOS ACADÊMICO-POPULACIONAIS DOCENTES

Gráfico 1: Faixa etária

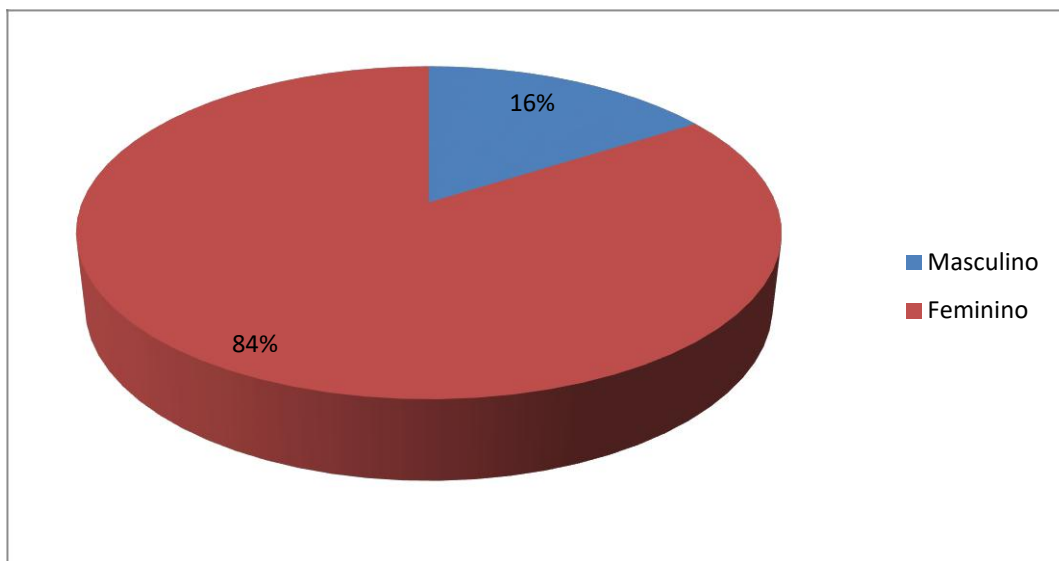


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A amostra total, ou seja, (100%) dos participantes da pesquisa indicaram a sua idade. Dessa forma quanto a faixa etária dos entrevistados ao analisarmos o gráfico abaixo identificamos que a idade dos inquiridos varia entre uma idade mínima de 18 anos e uma máxima de 60 anos, sendo a média correspondente como maioria ficando entre 31 a 45 anos.

Gráfico 2: Sexo

Analisando a gráfico 2, 84% são do sexo feminino e 16 % são masculino.



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quando os professores foram questionados sobre o entendimento a respeito da Educação Inclusiva, estes responderam que:

Professor 1: É uma educação onde os portadores de necessidades educacionais especiais, tem acesso ao ensino regular;

Professor 2: É uma educação na qual a criança com necessidades especiais tem acesso ao ensino regular;

Professor 3: A educação que inclui crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência;

Professor 4: A educação que inclui crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência na escola;

Professor 5: Educação para alunos que possuem alguma necessidade física ou mental;

Professor 6: Uma forma de educar todos juntos sem nenhum tipo de distinção;

Professor 7: Que inclua crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar;

Professor 8: Uma educação que atende a dificuldade e necessidade da criança que apresenta algum distúrbio;

Professor 9: Educação que inclua crianças com algum tipo de deficiência;

Professor 10: uma educação que alunos normais e especiais são vistos como iguais,

Professor 11: Educação que inclua crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar;

Professor 12: Uma proposta para incluir crianças com algum tipo de deficiência no ambiente escolar;

Professor 13: É a disposição da escola em atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns;

Professor 14: É uma educação que inclua qualquer tipo de deficiência;

Professor 15: uma educação voltada para todos normais ou com alguma deficiência; (DADOS DA PESQUISA, 2016).

De acordo com a Constituição Federal de (1998) No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como o dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com a garantia em Constituição da igualdade de direitos e de condições de acesso e permanência na escola, como o caso do Brasil, surgiram convenções e tratados internacionais reafirmando o direito de todos os seres humanos à igualdade, enfatizando a proibição de discriminação em virtude de raça, religião, sexo e deficiência.

Com o mesmo pensamento, Mantoan (1997 apud TRIACA, NUNEZ; ZILLY, 2011), defende a tese de que todas as crianças devem ser aceitas e acolhidas independentemente de suas potencialidades e limitações. Gil (2005, p. 44) diz simplesmente que, ao matricular uma criança com deficiência em uma classe comum, é um ponto importante, porém não é o suficiente para que aconteça a inclusão.

“Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não”. (GIL, 2005, p. 44)

Nesse contexto é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de Ensino Regular. Quando os professores foram questionados de como eles veem um aluno com Síndrome de Down, eles responderam que:

Professor 1: Aluno diferente, mas com os mesmos direitos de aprendizagem de um

normal; Professor 2: Um aluno carinhoso, sensível e com dificuldade de aprendizagem;

Professor 3: Amorosos, sensíveis e que apresentam dificuldades em sua aprendizagem;

Professor 4: Aluno que tem dificuldade de aprendizagem;

Professor 5: Aluno digno de atenção e consideração;

Professor 6: Criança com dificuldade, mas capaz de conviver na sociedade Professor 7: Aluno que necessita de atenção devido a sua necessidade especial;

Professor 8: Aluno igual aos normais;

Professor 9: Aluno que requer bastante atenção;

Professor 10 Alunos que necessitam de cuidados especiais;

Professor 11: Crianças normais como todas as outras;

Professor 12: Aluno que precisa de ser acompanhado por um profissional capacitado para compreendê-lo em diversas situações em sala de aula; Professor 13: Aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem, mas que se socializa com as demais;

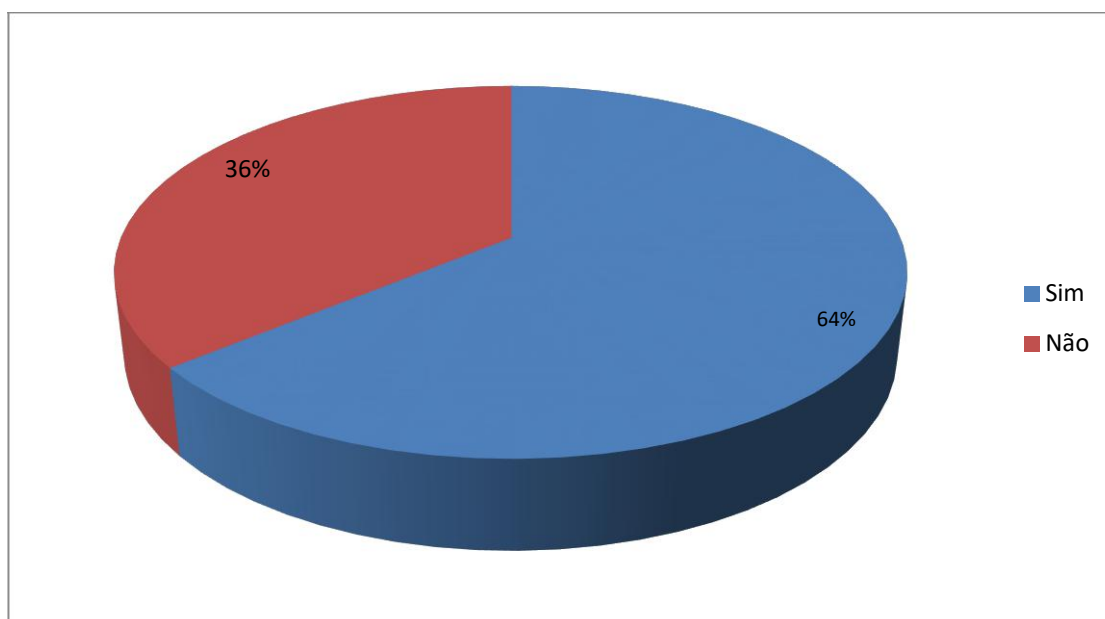
Professor 14: Criança com dificuldade de ser incluído na sociedade;

Professor 15: São alunos sensíveis, carinhosos e com uma vontade enorme de se socializar. Em sua grande maioria apresentam dificuldade de aprendizagem, devido a limitação de sua Síndrome. (DADOS DA PESQUISA, 2016).

De acordo com Rego (1998), torna-se necessária a interação entre os alunos para a produção, desenvolvimento individual e uma consequente socialização, fatores que cabem ao professor promover-las. Há um consenso de que a escola regular propicia um ambiente escolar que possibilita um maior contato da criança com SD com outras crianças de desenvolvimento típico, na mesma faixa etária.

Gráfico 5: Você já trabalhou com aluno portador de alguma necessidade especial?

() Sim ou () Não



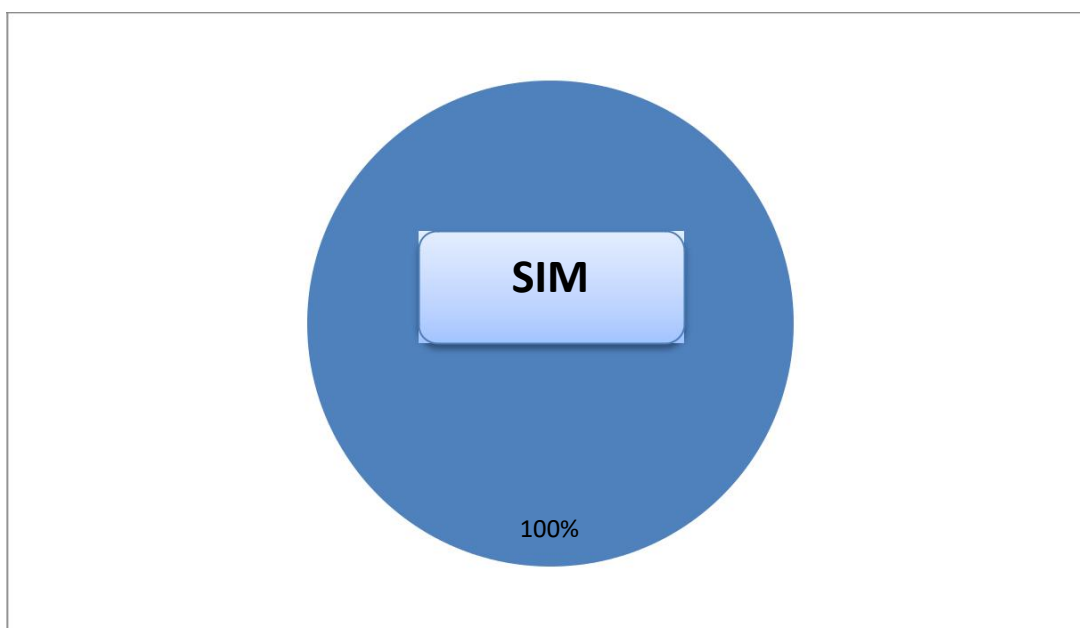
Fonte: Dados pesquisa (2016).

Dos dados obtidos 64% dos educadores disseram que já trabalharam com alunos portadores de necessidades educacionais especiais e 36% não trabalharam. De acordo com a Constituição Federal de 1988, trabalhar com alunos portadores de alguma necessidade especial, no ensino regular é uma forma de aplicar, o direito à educação.

Conforme o próprio nome diz, os Portadores de Necessidades Especiais, necessitam de um cuidado e uma preparação diferenciada por parte dos professores, e para isso, é necessário que esses professores tenham uma qualificação adequada para essa área. Para isso, Silva (2014) diz que o planejamento deve ser flexível, o professor tem que ser o transmissor desse direito do aluno deficiente mostrando meios que insiram esse educando na sociedade, mesmo quando pareça impossível.

É de extrema importância um planejamento flexível que se adapte de acordo com a necessidade e capacidade de cada um, o professor situa-se como mediador e facilitador na organização dos alunos, de forma que possibilite uma melhor interação, mesmo em níveis tão diferentes, incluindo a todos.

Gráfico 6: Você concorda que o aluno portador do Síndrome de Down esteja matriculado em uma classe regular ? () Sim ou () Não



Fonte: Dados pesquisa (2016).

Dos dados obtidos 100% dos entrevistados concordam que os portadores de Síndrome de Down estejam em uma classe regular com os demais.

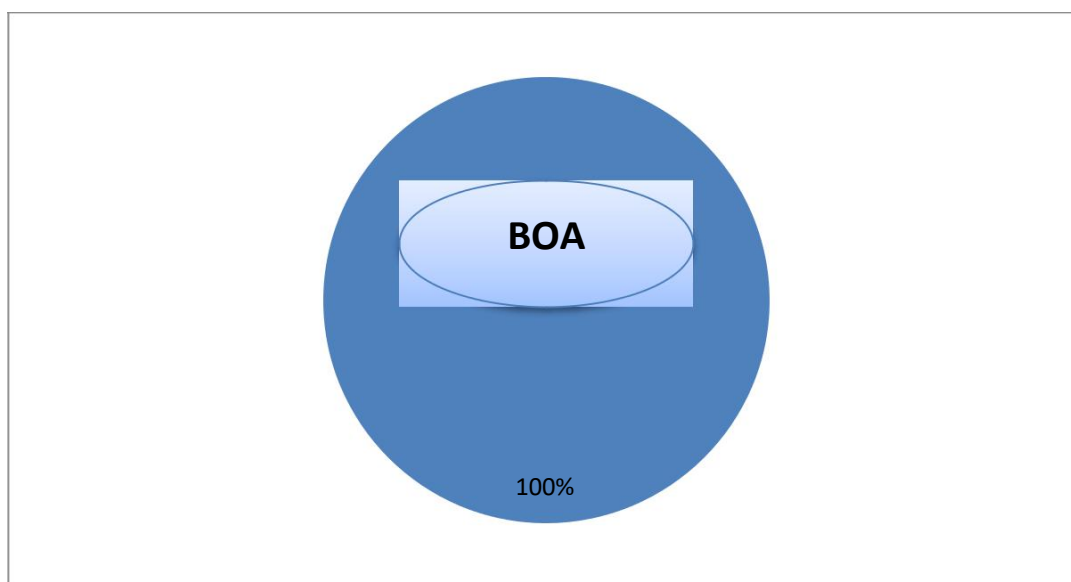
Salamanca (1994) afirma a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, reafirmando o compromisso para a Educação para Todos e reconhecendo a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

O que vai de acordo com Medeiros (2014) que prevê “a escola deve atender alunos que apresentem NEE, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino”. Resta, portanto, a escola aqui pesquisada refletir e buscar novas medidas para promover adaptações necessárias para garantir a permanência e a aprendizagem de todos os alunos com NEE na escola.

A sala de aula deve ser um espaço de promoção de participação de todos os presentes independente de ser especial ou não.

Gráfico 7: Como tem sido a participação dos pais na escola em que você trabalha?

() Boa () Regular () Péssima



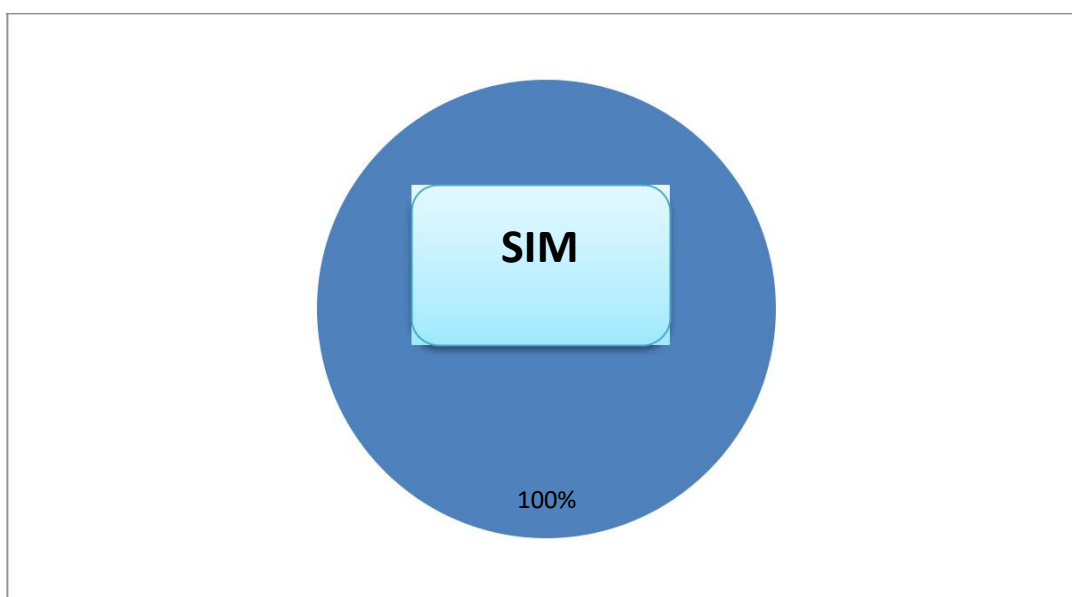
Fonte: Dados pesquisa (2016).

Dos dados obtidos 100% dos Educadores entrevistados disseram que participação dos pais é boa. Para Buckly/Bird (1998), o papel dos pais e o seu bom relacionamento com a escola são de fundamental importância para o sucesso da inclusão, pois eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho. Estevão (2003, p. 71) afirma que “a participação dos pais nas escolas deve ser encarada como uma possibilidade de enriquecimento mútuo e de ampliação do espaço democrático na escola”.

Paro (2003), por outro lado, argumenta que a ausência dos pais na escola torna mais difícil a avaliação do ensino oferecido. Os pais e os alunos, como usuários da escola, são capazes de apontar problemas e dar sugestões para a resolução dos mesmos. Embora o autor considere que a simples execução de tarefas (participar na organização de festas, rifas, etc.) possa ser o início de um processo de participação mais crítica na escola, argumenta que é necessário efetivar a partilha do poder, possibilitando os pais participar na tomada de decisões.

Concordo plenamente com o que os autores, pois a criança cuja família participa de forma mais direta no cotidiano escolar, apresenta um desempenho superior em relação a que os pais estão ausentes do seu processo educacional. Sendo que os pais também têm um papel de fundamental importância nesse processo, pois a primeira educação são eles que repassam para seus filhos.

Gráfico 8: Você já sentiu necessidade de um aprimoramento teórico para receber em sua classe um aluno com Síndrome de Down? () Sim () Não



Fonte: Dados da pesquisa.

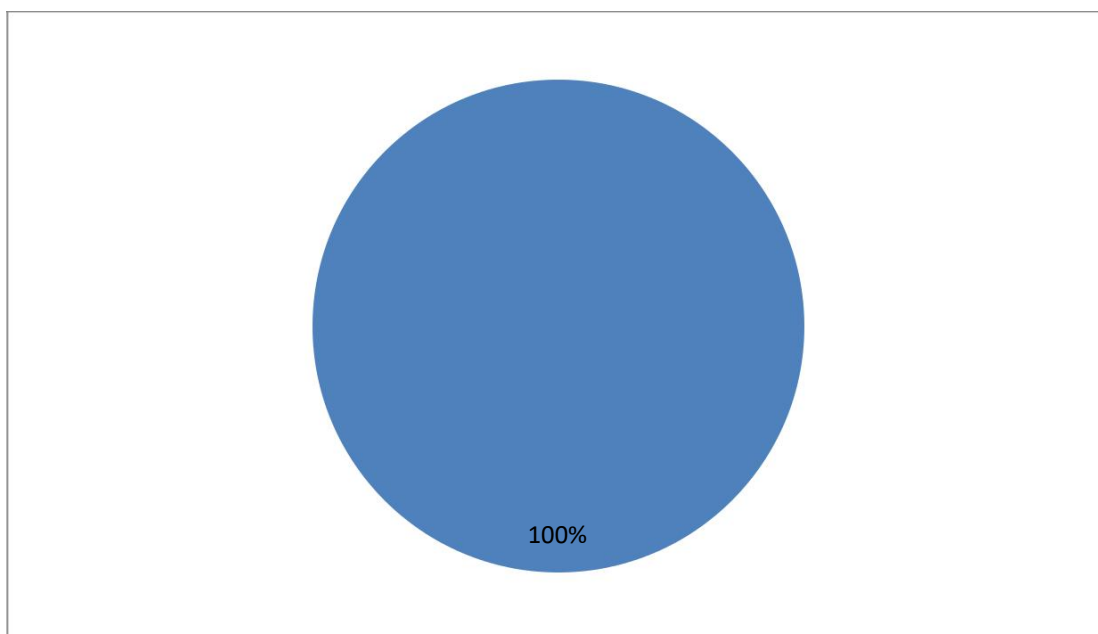
Dos professores entrevistado 100% disseram que sente a necessidade de um aprimoramento para receber o aluno com Síndrome de Down. Consta no Ministério de Integração Escolar (1995) que a educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fonte de conhecimento sobre as condições de trabalho nas salas de aula.

Já as diretrizes da educação especial na educação básica (2010) defendem que a formação continuada estimula o aprendiz a desenvolver os trabalhos em equipe, ouvir outras opiniões, a considerar o contexto ao elaborar as proposta das soluções, tornando-o consciente do que ele sabe e do que precisa atender.

É importante destacar que a escola precisa implementar uma política de formação continuada para todos os funcionários, inclusive os educadores, para que assim encontrem soluções em que todos possam participar. Pois professor necessita de uma boa formação e está preparado para lidar com a realidade em sala de aula.

Gráfico 9: Como é sua prática pedagógica relacionada aos alunos com Síndrome de Down?

() jogos () Material Concreto () Outros



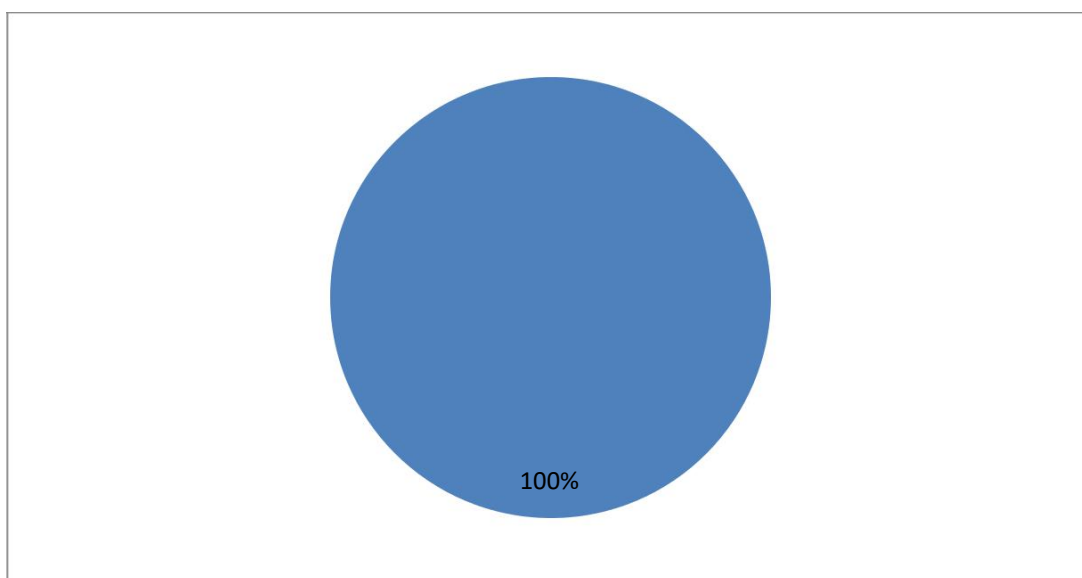
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

100% dos professores entrevistados disseram que trabalham com jogos educativos e uso do material concreto para facilitar a aprendizagem do aluno. Buckley (1992) descreve que, através do uso de cartões ilustrados, a criança aprende primeiro as palavras, depois vai formando frases, e assim o seu vocabulário vai sendo ampliado, o que ocorre em etapas.

A aprendizagem é sempre a partir do concreto, pois a criança com Síndrome de Down tem dificuldade com o abstrato, mas que pode ser possível, não pode ser isolado, tem que acompanhar a vida prática, sendo inserido num contexto real, em

que possa perceber o seu significado do concreto, na vida real passando por cujas etapas que precisam ser respeitadas. Inteligência, memória e capacidade de aprender podem ser desenvolvidas como estímulos adequados. Concorde-se quando o autor supracitado diz que o uso do material concreto é a maneira ideal do portador de Síndrome de Down aprender, visto que o abstrato torna-se isolado dificultando assim na sua aprendizagem.

Gráfico 10: O processo de inclusão onde leciona é recente? () Sim () Não



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dos dados obtidos 100% dos entrevistados disseram que era recente o processo de inclusão apenas 4(quatro anos) de existência

Brasil (2008) Diz que , o Ministério da Educação lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O objetivo principal deste texto é “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promoverem respostas às necessidades educacionais especiais”.

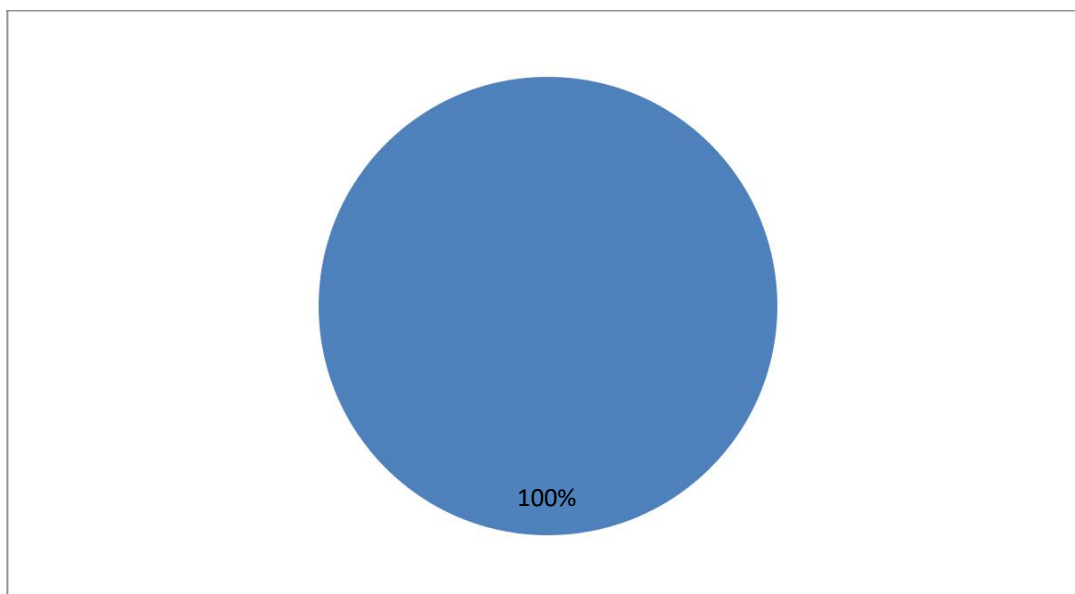
Jannuzzi (2004) Esclarece que a partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando

à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

Nesse contexto, ao final do século XX, movimentos sociais, políticos e educacionais, estudiosos, associações e conferências propõem aprofundar as discussões, problematizando os aspectos acerca do público, resultando em reflexões diante das práticas educacionais. Goffredo (1999, p. 44) Acrescenta: “Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade”. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

Portanto a escola tem a função de receber ensinar todas as crianças, jovens e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando-os ao processo ensino-aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada as necessidades ao seu aluno. O processo de educação inclusiva Desde o ano de 1994, tem sido motivo de discussões no âmbito educacional tanto na forma de legislação quanto na teoria e prática.

Gráfico 11: A frequência em uma sala regular seria a melhor forma para que houvesse socialização entre os mesmos? () Sim () Não



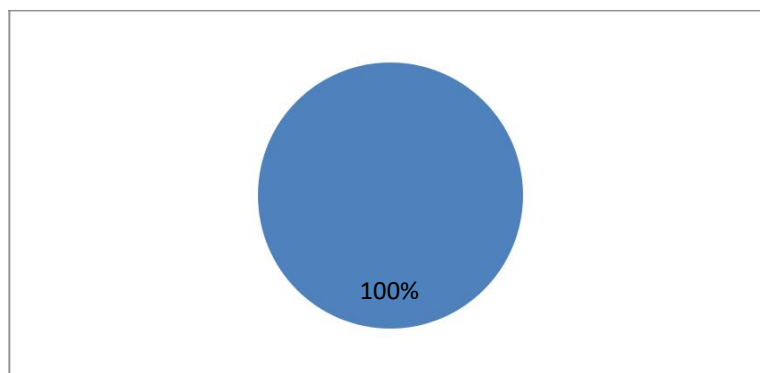
Fonte: Dados da pesquisa.

100% dos entrevistados disseram que a melhor forma seria frequentando a sala regular para a socialização do aluno e participando da sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Para Carvalho (2007), a integração envolve a questão psicossocial e se refere às relações dos alunos portadores de deficiências com os outros alunos, que é importante para que ocorram interações. Pois, não podemos apenas incluir o aluno portador de deficiência na sala regular sem que ele interaja com os demais.

Segundo Schwartzman (1999), a educação infantil é muito importante para que crianças com Síndrome de Down adquiram autonomia dentro da sala de aula e para o início da integração com um novo grupo social, que é diferente do ambiente familiar em que ela vive. Carvalho (2007) afirma que a integração é importante para relação entre as pessoas ditas normais e as pessoas com deficiência. A exclusão pode ser causada pelo fato de apenas inserir um aluno com necessidades educacionais especiais nas turmas regulares, sem que ocorra interação entre os alunos portadores de deficiência e as outras crianças não portadoras de deficiência. –

É importante que os alunos com necessidades especiais estejam inclusos na sala de aula, porque eles passam a conviver com as outras crianças e assim eles têm um leque de experiências, para que possa adquirir vivência e experiência de vida, para o dia-a-dia, possibilitando maior integração entre os colegas e os professores. Acredita-se que um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e de estar na sociedade de forma participativa. Alves (2007).

Gráfico 12: Como foi a troca de experiência entre esses alunos com Síndrome Down e você em sua condição de professora e os demais colegas? () Fácil () Difícil



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dos dados obtidos 100% dos educadores disseram que é uma experiência um pouco difícil diante da dificuldade que o aluno apresenta, mas eles interagem muito bem com os colegas. De acordo com Mota (1992, p. 34), “a troca de experiências, interações sociais, aprendizagem, ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos”. É um grande desafio trabalhar com crianças portadoras de Síndrome de Down, mas que é prazeroso pois são crianças que precisam de uma atenção especial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar inclusiva influencia de forma positiva no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down sendo essencial uma boa educação e estimulação para que a criança se desenvolva. “Inclusão” não significa somente o aluno estar incluso na escola, significa estar inserido na escola, tendo todos os subsídios necessários para que a inclusão aconteça, aprendendo, participando e desenvolvendo suas potencialidades, pois a inclusão é um processo de aprendizado para ambas as partes, incentivando a criança em seu desenvolvimento intelectual e emocional, o qual depende também do processo de interação do sujeito com o outro e com o meio social.

A escola é um importante segmento social que contribui para o desenvolvimento da criança com Síndrome Down, favorecendo o descobrimento de novas conquistas, estímulo para a linguagem oral e escrita, a comunicação e expressão. É um desafio da atualidade trabalhar as diferenças, as potencialidades e necessidades individuais dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), sendo um processo constante na transformação e envolvimento dos educadores da escola de ensino regular que inclua essa clientela na sociedade educativa, visto que a lei exige escola de qualidade para todos.

Durante esse estudo, pode-se perceber a preocupação que a política brasileira tem em programar e assegurar a inclusão das pessoas com necessidade educativas especiais (NEE), a fim de proporcionar o acesso e a permanência dos educandos na escola de ensino comum. É importante ressaltar que este processo deve acontecer em consenso que envolva toda comunidade escolar, tais como: pais, alunos, funcionários e sociedade para que assim se erradique o preconceito sofrido por essas clientelas que ocorre desde os primórdios da humanidade.

Diante disso, optou-se por realizar um estudo de caso, em que pudéssemos analisar e discutir como uma escola, localizada em São Bento-PB, no Estado da Paraíba, vem trabalhando com a inclusão, especialmente porque é reconhecida no município como a escola que acolhe o maior número de crianças com NEE na cidade.

Sendo assim os objetivos delineados, optou-se por trabalhar com o questionário de caráter descritivo que, de acordo com Lopes, (2011) trata de um método de observação não participante, apoiada numa série de perguntas dirigidas ao conjunto de sujeitos, o que foi realizado com os professores que trouxeram à tona a realidade, dúvidas e anseios da escola.

O presente trabalho vai servir como subsídio para que a escola, na qual desenvolvi a pesquisa seja realmente inclusiva, não apenas no espaço social ou físico, mas uma instituição que trata os alunos com NEE ou deficiência com respeito e que aceite sua diversidade garantindo-lhe aprendizagem e desenvolvimento considerando que a principal função da escola é ensinar e proporcionar a todos os seus alunos a oportunidade de aprender e formar cidadãos críticos e preparados para o campo de trabalho seja essa criança normal ou com Síndrome de Down.

Resta, portanto, a escola aqui pesquisada refletir e buscar novas medidas para promover adaptações necessárias para garantir a permanência e a aprendizagem de todos os alunos com NEE na escola. Incluir significa também uma parceria, reconhecer o outro, aceitar e ser aceito. A escola deve trabalhar esse processo de forma conjunta, sendo assim, necessita da ajuda tanto da sociedade como da família. Sendo a família o mais importante e o primeiro contato da criança com Síndrome de Down, oferecendo o suporte para a ampliação do contato social com o mundo e com os elementos da sociedade juntamente com a escola.

Diante dos desafios, os professores promovem a inclusão de alunos com Síndrome de Down na sua maneira de fazer acontecer a aprendizagem nas suas aulas, pois a presença de crianças com deficiência na sala de aula pode provocar, em seus professores, mudanças metodológicas e organizativas, de modo a criar um ambiente de aprendizagem mais rico para todos. Enfim, espera-se que os resultados encontrados neste estudo sirvam de base para uma análise crítica e reflexiva dentro da escola, possibilitando então mudanças necessárias para que a educação inclusiva de fato aconteça dentro das salas de aula.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Alonzo B.; TAELE, Willian H. **A lectoescritura como prática cultural**. In: FERREIRO, E.; PALACIO, M. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1987, p. 213-230.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo: Robe, 1995

ANTUNES, Irandé. **Aulas de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

AZENHA, Maria da Graça. **Imagens e letras: Ferreiro e Luria - duas teorias psicogenéticas**. São Paulo: Ática, 1995.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado em deficiência mental** In: _____ (coord.) **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência mental**. Brasília, MEC/SEESP, 2007

BERGAMO, R. B. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Ibpx, 2010 BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988

BERNARDIM, Jacques. **As crianças e a cultura escrita**. Tradução: Patrícia C. R. Reuliard. Porto Alegre; Artmed, 2003.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular** numa região do município de São Paulo: **conhecendo estratégias e ações**. **Revista Bras. Ed. Esp. Marília**, v. 18, n. 1, p. 141-154, jan./mar, 2012.

BOFF, Josete; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. **História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down. Texto contexto enferm. Vol. 17**. Florianópolis: 2008.

BRASIL. **O Processo de Integração Escolar dos portadores de necessidades educacionais no Sistema educacional brasileiro**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. 1ª. Ed. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Normas de pesquisa envolvendo seres humanos**. Res. CNS 196/96. Bioética; Suppl: 15- 25, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial. v.04, nº 1, Brasília: jan./jun. 2008.

BRASIL. Resolução nº 2. Diretrizes da educação especial na educação básica. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusivo**. v. 1. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusivo**. v. 1. Brasília, 2010.

BISSOTO, M. L. Desenvolvimento Cognitivo e o Processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas emocionais. **Ciência e Cognição**, v.8, p80-88, 2005. Disponível em<<http://cienciaecognicao.org>.

BUCKLEY, S., BIRD, G. Including children with Down syndrome. **Down Syndrome News and Update**., v.1, n.1, p.5-13, 1998.

BUCKLEY, S. Attaining basic educational skills: reading, writing and number. In: LANE, D., STRATFORD, B. **Current approaches to Down's syndrome**. Londres, Hold: [s.n.], 1985.p.315-330.

CARNEIRO, Maria Sylvia C. **Adultos com síndrome de down: a deficiência mental como produção social**. Campinas, São Paulo: Papiros, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. 6ª edição Porto Alegre: Mediação, 2007. 174 p.

CASSARIN, S. **Aspectos psicológicos na SD**. In: J. S. Schwartzman (Org.) São Paulo: Mackenzie, 1999, p. 263-285.

COTRIM, D. B.; RAMOS, V. **A Psicomotricidade como instrumento pedagógico para crianças com SD**. Disponível em<http://www.unifai.edu.br/publicacoes/artigos_cientificos/alunos/pos_graduacao/02.pdf> Acesso COLL, César [et. al.]. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2009.

COSTA, S.F.G.; VALLE, E. R. M. **Ser ético na pesquisa**. João Pessoa; Ideia, 2000.

COSTA, A. V. de. F. **Um estudo sobre didáticas e ações de orientação inclusiva**. 2006/2007.

DANIELSKI, V. **A síndrome de Down**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

Declaração de Salamanca: **sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: Unesco, 1994.

DIAZ- RODRIGUEZ, Félix; BEGROW, Desirré. A importância da mediação na aprendizagem numa visão vigostskiana. In: TENÓRIO, Robinson; LORDELO, José Albertino (Orgs) **Educação Básica**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DIAS, Viviane K.; DUARTE, Priscila S. F. Idoso: **Níveis de coordenação motora sob prática de atividade física generalizada**. Revista Digital, Buenos Aires, nº 89, Outubro de 2005.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

ESTEVÃO, C. **Escola e Participação**: o lugar dos pais e a escola como lugar do cuidado. Ensaio, vol.11, nº41, 2003.

FONSECA, V. da. **Psicomotricidade**: Perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004

COSTA, L.N. **Inclusão escolar de um aluno com síndrome de down**: estudo de caso. 2011. 56 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS, Universidade de Brasília-UnB, Brasília, 2011 FABRÍCIO, N. M. C; SOUZA, V. C. B.; ZIMMERMANN, V.B. Singularid.

FABRÍCIO, N. M. C; SOUZA, V. C. B.; ZIMMERMANN, V.B. **Singularidade na Inclusão: estratégias e resultados**. São José dos Campos: Pulso, 2007

FERREIRA, W. B.; MARTINS, R. C. B. **De docente para docente**: práticas de ensino e diversidade para educação básica. São Paulo: Summus, 2007

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. Tradução: Maria Zilda da C. Lopes, 14 ed. São Paulo: Cortez, 2006. _____. Reflexões sobre alfabetização. Tradução: Horácio Gonzales (et. al.), 25ª ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época; v.14).

_____. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução: Horácio Gonzales (et. al.), 25 ed atualizada. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época; v.14)

FREIRE, Paulo. O que é método dialógico de ensino? O que é uma "pedagogia situada" e o empowerment? In: FREIRE, Paulo. Medo e Ousadia: **o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FIGUEIREDO, F. A. de A. **Análise do processo de funcionamento da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino- Milagre-Ce**. Icó, 2007. 54f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Instituto superior de Educação Vale do Salgado-IVS, Faculdade Vale do Salgado FVS.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. **Desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3ª ed. São Paulo: Phortes, 2005. 585p

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª.Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva**: o que o professor tem a ver com isso. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZÁLEZ, E. **A educação Especial**: conceito e dados históricos In: _____ (coord.) **Necessidades Educacionais Específicas**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007 p. 17-46

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: **Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GUIJARRO, M. R. B. Inclusão: um desafio para os sistemas Educacionais In: **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

GRANDIN, A. B. **Aspectos do desenvolvimento da linguagem de um grupo de crianças com Síndrome de Down em contexto terapêutico grupal**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2010.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; GALLARDO, Jorge Sérgio P. **Desenvolvimento motor**: análise dos estudos brasileiros sobre habilidades motoras fundamentais. Revista de Educação Física/ UEM. v. 9, nº 1: p. 75-82, 1998. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3855/2649>.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. **Coleção Educação Contemporânea**. Autores Associados. 2004.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 2010.

KIRK, S. A. & GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOZMA, Chaira. O que é Síndrome de Down. in: STRAY-GUNDERSEN, Karen (ORG). **Crianças com Síndrome de Down: Guia para os pais e portadores**. Porto Alegre:ARTMED,2007.

LEMOES, Claudia. Prefácio. In: TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 07-20, 1993.

LEONARDO, N.S.T. Inclusão Escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. v. 12, n. 2, p. 431-440, Julho/Dezembro, 2008.

LOPES, M. T. V. **Inclusão das crianças Autistas**. Lisboa, 2011. 232f. Dissertação (Mestre em Ciência da Educação) – Escola superior da Educação Almeida Garrett. Departamento de Ciência da Educação.

LOPES, V. P. et al. **Estudo do nível de desenvolvimento da coordenação motora da população escolar** (6 a 10 anos de idade) da Região Autónoma dos Açores. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol. 3, nº 1, 2003.

LIMA, S. W. de. **Arterapia: Um caminho para o desenvolvimento da autonomia dos jovens com SD**. 57 fl. Monografia. Pós-Graduação em Arte Terapia. Universidade Potiguar, Natal, 2009.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2000.

MACEDO, Lino. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. Desafios da Escola Atual. **Revista História da Pedagogia: Piaget**. São Paulo: Segmento. v. 1, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2001.

MAHEU, Cristina M. D. **Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao livro didático?** Salvador: Edufba/Eduneb, 2008.

MANTOAN, M. T. E. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (orgs.) **Educação Especial: em direção a educação inclusiva**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPICURUS, 2004 p. 27-40

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MOSCATI, I.M.; BEÇAK, W. **Comportamento sexual e etiologia da síndrome de Down**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v 8. n 4, 1997.

MILLS, Nancy D. **A educação da criança com Síndrome de Down**. In: SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Down. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.p. 232-262.

MINAYO, M. C. de. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde. Públ. Rio de Janeiro. v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

NUNES, Ana I. B. L.; SILVEIRA, Rosemary. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. Brasília: Líber Livro, 2009.

OLIVEIRA, E.; MACHADO, K. S. Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva In: GLAT, R. (org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2009, (Coleção Pensamento e Ação na sala de aula). OLIVEIRA, Anna A. S. Notas sobre a apropriação da escrita por crianças com Síndrome de Down. Cadernos de Educação. Pelotas: FAE/PPGE/UFPel, mai-ago, 2010.

ONRUBIA, Javier. Ensinar: criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir. In: COLL, C. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2009.

PARO, Vítor. **Gestão Democrática da escola Pública**. São Paulo: Ática, 2003.

PEREIRA-SILVA, N. L.; DESSEN, M. A. **Síndrome de Down**: etiologia, caracterização e impacto na família. Revista Interação em Psicologia, v.6, n.1, p. 167-176, 2002

PIMENTEL, Susana Couto. **(Com) viver (com) a Síndrome de Down em escola inclusiva**: mediação pedagógica e formação de conceitos. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-graduação da UFBA. Salvador: S. C. Pimentel, 2007.

PUESCHEL, S. M. et al. **Síndrome de Down**: Guia para pais e educadores. São Paulo: Papirus, 1993.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REGO, Teresa Cristina R. Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. In Aquino. Julio Gropa. **Diferenças e preconceito na escola**: Alternativas teóricas e Práticas. 8 ed. São Paulo: Summus, 1998.

ROSA NETO, Francisco. **Manual de avaliação motora**. Porto Alegre: Artemed, 2002. 136p.

SACRISTÀN, J. Gimeno. Contextos de determinação da prática profissional. In: NOVOA, Antonio (Org.) **Profissão Professor. Portugal**: Porto Editora, 1999.

SAHB, W. F. **Educação especial**: olhar histórico, perspectivas atuais e aporte legal. 2006. Disponível em:
<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/29077/public/29077-29095-1-PB.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2012.

SANTOS, H. J. **A família no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com SD**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia. Faculdades Integradas da Terra de Brasília, Distrito Federal, 2005.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista da Educação Especial, v.1, n.1, p. 7 – 18, out. 2005

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SMEHA, Luciane Najar; EMINOTTI, Nédio. **Inclusão e Síndrome de Down: Um estudo das relações interpessoais entre colegas de escola**. Psicol. Argum. 2008. jan. - mar., (26) 52, 73-83. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=1986&dd99=pdf

SILVA, Ceris S. R. da. O planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento. In: CASTANHEIRA, Maria Lucia; MACIEL, Francisca I. P.; MARTINS, Raquel M. F. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autentica/ Ceale, 2008, p. 35-58.

SOLÉ, L. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed; 1999.

SCHWARTZMAN, José Salomão [et Al.]. **Síndrome de Down**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 1999. 324 p.

TEIXEIRA, Fernanda Cascaes; KUBO, Olga Mitsue. **Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino**. Rev. bras. educ. espec. vol.14 no.1 Marília Jan./Apr. 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?...S1413-65382008000100007.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TRIACA, L.; NUNEZ, E.E.S; ZILLY, A. **A inclusão escolar do portador de síndrome de down**. In: EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, 7, 2011. Paraná. Anais... Paraná: CESUMAR, 2011.

TRISTÃO, R. M.; FEITOSA, M. Â. G. **Linguagem na Síndrome de Down. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol 14, pp 127-137, 1998.

VARELLA, Noely Klein. Fundamentos sociopsicolinguísticos e psicogenéticos da alfabetização. In: SARAIVA, Juracy A. (Org). **Literatura e Alfabetização: Do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed; 1999.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VOHLK, Aldine Maria Fernandes; ASSIS, Blascovi; MARIA, Silvana; JÚNIOR, Fiamenghi, ANTONIO, Geraldo. **Impacto da notícia da síndrome de Down para os pais: histórias de vida**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000200021

VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência:** uma crítica da patologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 3ª. Ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Lisboa: Artmed, 1998.

ANEXOS

INFORMAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS

- 1) Sexo: () M () F
- 2) Idade: () 18 à 25 () 25 à 30 () 30 à 45 () 45 à 60
- 3) a) Formação acadêmica: _____ b) Pós Graduação: _____
- 4) Escola que atua: () Privada () Pública () Filantrópica
- 5) Tempo de atuação: _____

QUESTÕES PROPOSTAS PARA A ENTREVISTA - PROFESSOR

- 1) O que você entende por Educação Inclusiva?
- _____
- _____
- _____
- 2) Como você vê o aluno com Síndrome de Down?
- _____
- _____
- _____
- _____
- 3) Em sua experiência como educador, você já trabalhou com aluno portador de algumas necessidades especiais?
- () Sim () Não.
- 4) como foi a troca de experiência entre esse (s) aluno (s) com Síndrome de Down e você em sua condição de professora e os demais colegas?
- () Fácil () Difícil
- 5) Você concorda que um aluno portador do Síndrome de Down esteja matriculado em uma classe regular com os demais?
- () Sim () Não.
- 6) Como tem sido a participação dos pais na escola em que trabalha?

☐ Boa ☐ Regular ☐ Péssima

7) Você já sentiu necessidade de um aprimoramento teórico para receber em sua sala um aluno com Síndrome de Down?

☐ Sim ☐ Não

8) Como é sua prática pedagógica relacionada aos alunos com Síndrome de Down?

☐ Jogos ☐ Material Concreto ☐ Outros

9) O processo de inclusão onde leciona é recente?

☐ Sim ☐ Não.

10) A frequência em uma sala regular seria a melhor forma para que houvesse socialização entre os mesmos?

☐ Sim ☐ Não

